BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

ANO XXVI – N.º 29 SÁBADO, 15 DE MAIO DE 1971 BRASÍLIA – DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER
N.º 37, DE 1971 (CN)

Da Comissão Mista incumbida de examinar a Mensagem n.º 34, de 1971 — CN (Mensagem número 70/71, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei número 1.162, de 25 de março de 1971, que "dispõe sôbre a subscrição pública de ações do Banco da Amazônia S.A".

Relator: Deputado Juvêncio Dias

O Decreto-lei n.º 1.162, de 25 de março de 1971, estabelece (art. 1.º) a cobrança de ágio na subscrição pública das novas ações do Banco de Crédito da Amazônia S.A. e revoga (art. 2.º) o dispositivo legal que restringe às pessoas brasileiras, físicas ou jurídicas, a condição de acionistas do referido estabelecimento bancário (art. 3.º, § 3.º, da Lei n.º 5.122, de 1966).

Pelo Decreto-lei n.º 1.138, de 11 de dezembro de 1970, a União renunciou, parcialmente, ao direito de preferência para a subscrição de novas ações do BASA; e o mesmo ato legislativo autorizou a oferta pública de ações correspondentes à parte do aumento de capital que a União deixou de subscrever, pelo fato de cogitar da redução gradual de sua participação acionária. Esta se mantinha ao nível de 99% e deverá baixar ao mínimo de 51%.

A política oficial, em relação ao Banco da Amazônia S.A., se assemelha à adotada para o Banco do Nordeste, permitindo-se a democratização do capital da instituição, mediante colocação de ações entre pessoas de direito privado. No Nordeste, a previdência teve excelente resultado e, no que diz respeito ao BASA, o sucesso pode ser verificado pela enorme aceitação dos papéis colocados no mercado e pela rápida ascensão da cotação que tiveram.

Na exposição de motivos do Ministro da Fazenda, que acompanha a Mensagem Presidencial, está a seguinte afirmativa:

> "O exame das condições do mercado de ações e da situação patrimonial do Banco da Amazônia S.A. revelou ser possível a colocação das ações com ágio; nos têrmos do projeto, o ágio reverterá integralmente em benefício do próprio Banco, favorecendo, portanto, os próprios subscritores das novas ações."

Quanto à revogação do § 3.º do artigo 3.º da Lei n.º 5.122, de 1966 — o que se revoga é a proibição da compra de ações do BASA, por estrangeiros —, afirma o titular da Fazenda inexistirem mais razões para o impedimento contido na Lei. E diz:

> "Até bem pouco tempo o Banco tinha um capital de apenas .... Cr$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil cruzeiros), pertencendo 40% (quarenta por cento) das ações representativas dêsse capital em poder de emprêsa governamental estrangeira. Essa situação estava ligada à produção e comercialização da borracha na Amazônia durante a Segunda Grande Guerra Mundial, quando o Govêrno dos Estados Unidos da América do Norte adquiriu as ações referidas. O Govêrno Brasileiro, visando garantir o desenvolvimento do Banco da Amazônia S.A., adotou diversas providências no texto da Lei n.º 5.122, de 28 de setembro de 1966, tendo o cuidado de prever a proibição da compra de outras ações por estrangeiros.
>
> A situação mencionada já não subsiste. Tendo comprado de entidade governamental norte-americana, que então detinha a propriedade dêsses papéis, totalidade das ações em poder de estrangeiros, a União se tornou proprietária de mais de 99% (no-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEÔMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:		Via Aérea:	
Semestre	Cr$ 20,00	Semestre	Cr$ 40,00
Ano	Cr$ 40,00	Ano	Cr$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

venta e nove por cento) do capital do Banco da Amazônia S.A. que pôde então ser aumentado para cem milhões de cruzeiros."

Convém salientar que o aumento de capital do BASA importou, segundo informa o Ministro da Fazenda, em duzentos milhões de cruzeiros, representados em ações, parte das quais foi colocada à disposição dos tomadores particulares. Assim, em obediência ao disposto no Decreto-lei número 1.138, de 11 de dezembro de 1970, a União retém setenta por cento do capital do Banco. E futuramente baixará a cinqüenta e um por cento.

Pois bem, o ato legislativo do Chefe do Govêrno, que está em exame, permite a cobrança de ágio à aquisição de ações do BASA por estrangeiros, e foi submetido à deliberação do Congresso Nacional, nos têrmos do § 1.º do art. 55 da Constituição.

Em face do exposto, verifica-se que a providência governamental atende aos interêsses nacionais, possibilitando o fortalecimento do principal estabelecimento de crédito da Amazônia — região que se pretende incorporar definitivamente à economia nacional.

Somos, portanto, pela aprovação do texto do Decreto-lei n.º 1.162, de 25 de março de 1971, que dispõe sôbre a subscrição pública de ações do Banco da Amazônia S.A., na forma do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 32, DE 1971

"Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.162, de 25 de março de 1971."

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.162, de 25 de março de 1971, que "dispõe sôbre a subscrição pública de ações do Banco da Amazônia S.A."

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1971. — Deputado **Joel Ferreira**, Presidente — Deputado **Juvêncio Dias**, Relator — Senador **José Lindoso** — Senador **Renato Franco** — Senador **Geraldo Mesquita** — Senador **Alexandre Costa** — Senador **Saldanha Derzi** — Senador **Emival Caiado** — Senador **Wilson Campos** — Senador **Helvidio Nunes** — Senador **Adalberto Sena** — Deputado **Magalhães Melo** — Deputado **Nosser Almeida** — Deputado **João Linhares** — Deputado **Oceano Carleial** — Deputado **Ruy Lino** — Deputado **Arnaldo Prieto.**

(Republicado por haver saído com incorreções no DCN (Seção II) de 14 de maio de 1971.)

SENADO FEDERAL

ATA DA 32.ª SESSÃO EM 14 DE MAIO DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA E CARLOS LINDENBERG

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Flávio Brito — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Clodomir Millet — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Duarte Filho — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Luiz Cavalcanti — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Carlos Lindenberg — Paulo Tôrres — Danton Jobim — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Matos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Lenoir Vargas — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Há número regimental, declaro aberta a Sessão.

Sôbre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação referente à escolha de nomes para cargos cujo provimento depende de prévia aquiescência do Senado Federal.

— **N.º 80/71** (n.º 108/71, na origem), de 13 do corrente, referente a escolha do Senhor Fernando César de Bittencourt Berenguer para exercer a função, em comissão, de Embaixador junto ao Govêrno da República de Costa do Marfim.

— **N.º 81/71** (n.º 109/71, na origem), de 13 do corrente, referente à escolha do Doutor Jorge Lafayette Pinto Guimarães para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos.

PARECER

PARECER
N.º 41, DE 1971

Da Comissão de Finanças, sôbre o Ofício n.º 2, de 1971 (Of. n.º 1/70, de 24-11-70, do Conselho Monetário Nacional), encaminhando relatório sôbre a situação monetária e creditícia do País, referente a 1969, nos têrmos do art. 4.º, § 6.º, da Lei n.º 4.595, de 31-12-64.

Relator: Sr. Tarso Dutra.

O Exmo. Sr. Ministro da Fazenda encaminhou ao Congresso Nacional o relatório sôbre a situação monetária e creditícia do País, no ano de 1970.

A iniciativa encontra seus pressupostos no § 6.º do artigo 4.º da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

E embora o ofício de remessa tenha a data de 24 de novembro de 1970, o mesmo só deu entrada e foi lido, no Senado, a 12 do mês de abril último. O Ministro da Fazenda procura escusar-se, a propósito, do "atraso involuntário" que confessa ter ocorrido, no caso.

A matéria resta, assim, superada, nos seus efeitos práticos e imediatos. Já agora o Congresso terá interêsse em examinar, não mais o relatório de 1969, mas o referente ao exercício de 1970. Seja de observar-se que também êste último documento está com seu encaminhamento retardado ao Congresso, pelo vencimento, a 31 de março último, do prazo que lhe estava assinado na referida lei.

O documento não comporta, entretanto, pronunciamento formal de aprovação ou rejeição, mas se destina apenas a expor a evolução da situação monetária e creditícia do País, especialmente no que se refere a emissões de papel-moeda.

Meu parecer, por isso, é no sentido de que se faça o Relatório presente à Mesa, para efeito de publicação no **Diário do Congresso**, a fim de que possa ensejar o amplo exame e apreciação de sua matéria por quem considerar conveniente fazê-lo.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1971. — **João Cleofas**, Presidente — **Tarso Dutra**, Relator — **Saldanha Derzi** — **Lourival Baptista** — **Carvalho Pinto** — **Ruy Santos** — **Matos Leão** — **Fausto Castello-Branco** — **Geraldo Mesquita** — **Alexandre Costa.**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O Sr. Senador Adalberto Sena comunicou à Presidência sua ausência, das Sessões do Senado, nos dias 5, 6, 7 e 8 do corrente em virtude de ter sido designado, pela Presidência da Comissão de Saúde, para representar aquêle órgão no Simpósio Brasileiro de Alimentação e Nutrição, realizado em Belo Horizonte.

De acôrdo com o disposto no artigo 68 do Regimento Interno, a representação deveria ter sido precedida de requerimento, da Comissão, à Mesa, que o submeteria à deliberação do Plenário. Regimentalmente, não cabe às Comissões a designação de um ou mais de seus membros para qualquer representação externa.

Tratando-se porém de ato em que se fazia necessária a representação daquela Comissão, esta Presidência, não havendo objeção do Plenário, aceitará a comunicação, considerando a ausência do Senador Adalberto Sena, como se em representação externa da Casa.

O Sr. Adalberto Sena — Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Adalberto Sena.

O SR. ADALBERTO SENA (Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, devo esclarecer à Casa que compareci àquele conclave sem passagem fornecida pelo Senado. Usei para isso uma das minhas passagens normais ao Rio de Janeiro.

Também não pedi ao Senado, nem receberei qualquer indenização pelas despesas de hotel que tive naquela cidade e a minha comunicação teve

por objetivo apenas não perder os *jetons das Sessões Ordinárias*.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Escusado seria ao ilustre Senador fazer qualquer apreciação sôbre a matéria, eis que a Presidência já deu à Casa os esclarecimentos devidos. E, pela manifestação do Plenário, tudo está devidamente justificado e tenho certeza de que ninguém o excederia em dedicação, zêlo e brilho na tarefa que desempenhou em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Se o Plenário nenhuma objeção tem a fazer à proposição que esta Mesa vem de fazer, queiram os Senhores Senadores permanecer sentados. **(Pausa.)**

Está aprovada a proposta da Presidência e considerada a ausência do eminente Senador como a serviço do Senado Federal, como de fato o foi. **(Pausa.)**

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista, primeiro orador inscrito.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, presente sempre à vida de Sergipe, nos seus momentos de alegria, nas suas horas de luta e nas suas horas de tristeza, não poderia ser indiferente ao desaparecimento de dois grandes vultos da sociedade sergipana.

Refiro-me a Álvaro de Souza Brito e ao Doutor Arício Guimarães Fortes.

Cada qual, no seu setor de atividades, soube servir, com grandeza e dignidade, à terra que lhes serviu de berço.

Álvaro de Souza Brito além dos serviços que prestou à sua terra, como homem integrado na sua sociedade, fêz excursão pela vida pública. Inicialmente como Prefeito de seu município — Nossa Senhora das Dores — em dois mandatos e ainda como Deputado Estadual, nos idos anteriores à Revolução de 1930, quando dirigia Sergipe a figura sempre lembrada do honrado Governador Manoel Dantas.

Impôs-se como homem inteligente e se tornou admirado como grande orador. Fêz da política o que fazem os homens de bem e idealistas, o instrumento para construir o bem-estar da comunidade e defender os legítimos interêsses do povo. E o melhor testemunho dessa sua formação está o seu entusiasmo, sincero porque desinteressado, pela Revolução de 1964, na qual antevia dos verdadeiros ideais da gente brasileira.

Infelizmente, nesse instante, a nossa palavra de saudade não se reduz a um só.

É que veio de falecer também o Doutor Arício Guimarães Fortes, Cirurgião-Dentista, profissão que desempenhou com reconhecida eficiência e com alto espírito humanitário, por isso que jamais fêz dela um meio exclusivo de enriquecimento pessoal. Gostava, proclamam todos que o conheceram, de emprestar a sua solidariedade às grandes causas da sociedade sergipana.

Não foi por outra razão que vários governantes o convocaram para a colaboração leal de que era êle capaz pelo seu caráter e pelo seu amor à terra.

Em consonância com a sua formação, era o Dr. Arício Guimarães Fortes um dos mais entusiastas da organização do Rotary Clube, do qual, como sócio, se fêz um dos companheiros mais queridos e conceituados.

Às homenagens que, neste instante, lhe tributo como reconhecimento dos seus méritos e em reverência à sua memória se juntam os sentimentos do amigo e admirador, do homem público e do rotariano honorário, condição de que muito me honro, pelos nobres sentimentos que animam êsse tradicional Clube de serviço.

Aqui deixo a minha homenagem e a minha saudade a êsses dois sergipanos que faleceram na semana passada, em Sergipe. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carvalho Pinto.

O SR. CARVALHO PINTO (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, já é de conhecimento geral a atenção com que os meios internacionais e a imprensa estrangeira se têm voltado para o exame da rápida transformação de estrutura econômica que vem o Brasil experimentando nestes últimos anos.

Três são os pontos focais dos comentários desenvolvidos: o primeiro consiste no aceleramento da taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto, de 4,4% em 1966 para mais de 9% em 1969 e 1970. O segundo prende-se à gradual contenção do processo inflacionário interno, demonstrada pelo índice geral de preços, que, de um aumento de cêrca de 38% em 1966, reduziu-se a 20% em 1970. O terceiro é a expansão do comércio exterior: no período de 1967-1970, as exportações brasileiras subiram em mais de 60% (valor FOB), enquanto as importações se incrementavam em mais de 50%. (1)

Ao registrar êsses dados, não tenho propósito de tecer considerações laudatórias sôbre a política econômico-financeira dos Governos da Revolução, cujo êxito inegável tem as suas largas dimensões evidenciadas pela simples rememoração dessas cifras.

Mas acredito que se torna oportuno neste instante de profundas alterações no quadro e nas perspectivas externas, se voltem as nossas atenções para o nôvo relacionamento que se estabelece entre a evolução da economia nacional e os eventos do exterior, caracterizado, precisamente, por uma maior integração, e portanto, maior interdependência entre as duas áreas.

A NOVA CONJUNTURA

2. Realmente não se pode deixar de constatar a rápida mudança do panorama externo, que alguns exemplos e indicações poderão cabalmente comprovar.

Observa-se, desde logo, que a liderança econômica, comercial e financeira dos Estados Unidos — a qual constituiu fator preponderante nas relações internacionais durante as duas primeiras décadas do após-guerra — vem sendo paulatinamente atenuada, quer pela emergência de novos contendores, quer por causas decorrentes da própria situação interna da grande nação americana. De outra parte, passa a Comunidade Econômica Européia a ser a primeira potência comercial do mundo. E para essa comunidade nós já enviamos a maior parte de nossas exportações. A República Federal da Alemanha, sòzinha, detém reservas — em ouro e divisas — que já superam as dos Estados Unidos, cujos compromissos e obrigações financeiras externas atingem hoje, qua-

se quatro vêzes o nível de suas reservas. Especula-se mesmo sôbre o futuro do dólar, como moeda-padrão do universo, e tomam-se, ao surto de crises financeiras internacionais, medidas para transformar o sistema monetário mundial. No Extremo-Oriente, o vertiginoso desenvolvimento do Japão, com o seu Produto Bruto crescendo há vinte anos seguidos a taxas médias superiores a 10%, dá base a impressionantes projeções, que apontam a ultrapassagem das atuais superpotências por êsse país, antes mesmo do fim do século — e tôdas essas ocorrências estão a revelar, inequivocamente, que a economia internacional já está operando como um sistema policêntrico.

Por outro lado, se generaliza e robustece uma consciência internacional de repulsa à iníqua situação de subdesenvolvimento, em que vegetam três quartas partes da humanidade. E isto ocorre ao mesmo tempo em que, conflitantemente, refloram, nas nações industrializadas, tendências e esforços protecionistas a impedir a expansão de países em desenvolvimento, cuja participação no comércio internacional continua a decrescer, inclusive — o que é mais grave — no tocante ao fornecimento de produtos primários.

POLÍTICA EXTERNA

3. Essa rápida mutação do panorama internacional, somada à crescente interdependência entre as economias nacionais e a internacional —, resultante natural da evolução dos povos — passa a impor uma revisão de conceitos tradicionais, outorgando novas e graves responsabilidades, tanto aos formuladores, como aos executores da política externa e da política econômica do País.

Atentos a essa nova realidade, os senhores Ministros da Fazenda, da Indústria e do Comércio e do Planejamento têm assinalado com freqüência, que a rápida expansão do comércio exterior do País é uma das variáveis críticas do processo de desenvolvimento nacional. Cifras de um aumento médio anual das exportações de doze a quinze por cento têm sido indicadas como indispensáveis para o crescimento do Produto Bruto de 7 a 9%.

Não menos relevantes, entretanto, são as necessidades de criação, transferência e difusão de tecnologia e a elas não posso deixar de fazer especial referência, por se me afigurar inteiramente utópica, neste mundo altamente competitivo, qualquer meta expansionista de exportações, sem uma corajosa e diligente política de suprimento tecnológico à produção.

A dinâmica do processo industrial brasileiro requer aportes crescentes de conhecimento tecnológico, adaptado às peculiaridades nacionais, sob pena de inevitável e desastroso comprometimento de todos os esforços de exportação e de aceleração de nosso desenvolvimento econômico.

Como teve oportunidade de evidenciar nesta Casa o nobre Senador Arnon de Mello, em substancioso estudo desenvolvido após visita a quatro continentes e 12 países, não se pode mais ignorar que "vivemos a era da ciência e da tecnologia. Já hoje, a fôrça das nações, o prestígio e o poder das nações, não se medem pròpriamente pelo volume de fogo e alcance das suas armas ou pela quantidade do dinheiro que possuam, mas pelos avanços científicos e tecnológicos. Já hoje não existe desenvolvimento econômico sem que se lastreie na pesquisa científica, e a ciência e a tecnologia se dão as mãos, a cada instante, reduzindo o gap entre a hora da descoberta e a hora da sua aplicação".

4. Diante de todos êsses fatos e circunstâncias, parece evidente que a defesa eficaz dos interêsses econômicos do País, mais do que nunca, requer uma atuação vigorosa no exterior, quer em negociações bilaterais, quer em foros multinacionais. De um lado, busca-se a solução de problemas específicos, seja para o financiamento da ampliação de setores da economia nacional, seja para a solução de determinados problemas comerciais. De outro, há que criar condições favoráveis à expansão de tôda uma política externa voltada para o rápido desenvolvimento, mediante mudança, tanto das regras que regem o comércio e o transporte internacionais como das que regulam a prestação de ajuda financeira e a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento.

Não há, pois, conflito, nem duplicação, entre a busca de soluções a curto prazo para os problemas específicos e a criação de condições externas que facilitem, em largas perspectivas, todo o desenvolvimento nacional.

ORIENTAÇÃO ATUAL

5. À vista do exposto, torna-se altamente confortadora a orientação que o nosso Govêrno vem imprimindo à política externa, a qual mereceu, por parte do eminente Presidente Médici, na sua mensagem dêste ano ao Congresso Nacional, a seguinte definição de prioridade:

"a) Mais intensa atuação do Itamarati na área de promoção de exportações, em consonância com os planos governamentais de preservar as receitas oriundas de nossos produtos tradicionais e diversificar nossa pauta exportadora, de forma a nela incluir, em quantidades crescentes, manufaturas e semi-manufaturas.

b) Ativa participação do Itamarati nos esforços do Govêrno para implantar uma política científica e tecnológica. Pelo aproveitamento de sua rêde de missões diplomáticas e repartições consulares, instalar-se-á um sistema de coleta e disseminação de informação científica e tecnológica, que será coordenada com outros sistemas, já existentes ou em vias de implantação, de finalidade congênere."

E realmente, através de uma ação diplomática desenvolvida com realismo e descortino, — e já agora voltada para a meta prioritária de nossa expansão econômica —, revelam as nossas autoridades a plena consciência de que a batalha do desenvolvimento não se confina aos limites territoriais do País, mas tem como inevitável condicionante de seu almejado êxito, a conquista dos mercados externos, através de luta comercial e diplomática bem concatenada e dirigida.

Como salientou o Ministro das Relações Exteriores, em discurso pronunciado na Sessão de encerramento da Nona Reunião Extraordinária da Comissão Especial de Coordenação La-

tino-Americana (CECLA), em fevereiro dêste ano: "Temo-nos batido com persistência, nos foros internacionais, por um conceito — ou estratégia — global, que nos assegure um desenvolvimento econômico mais rápido e sem restrições indevidas. Mercê dos nossos esforços conjuntos, temos evoluido na direção de uma filosofia internacional de cooperação para o desenvolvimento, plasmada gradualmente no constante entrechoque das condicionantes politicas que informam as decisões econômicas. Temos, em suma, nos aproximado, em passos bem medidos mas cada vez mais firmes, daquilo que há muito reivindicamos: a montagem de um sistema de segurança econômica coletiva".

INOVAÇÕES AUSPICIOSAS

6. Tanto mais imperativas se tornam a intensificação e a coordenação dêsse trabalho externo de ordem econômica e financeira, quando as realidades mundiais transformadas nos fazem perceber que não se trata apenas de promover alteração no "status quo" entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas, já agora, de criar condições operativas para o desenvolvimento de auspiciosas conquistas alcançadas no plano internacional.

Exemplo dêsse nôvo quadro, nos oferece a ALALC, na extraordinária expansão comercial de produtos industrializados entre os Estados-membros, proporcionando oportunidades e experiência sem as quais não teria nosso País atingido ao nível de mais de 450 milhões de dólares na sua exportação de manufaturas.

Ainda a êsse respeito, devemos registrar, com satisfação, o início de implantação do regime de preferências generalizadas em favor dos países em desenvolvimento, e que em grande parte se deve aos perseverantes esforços de nossa diplomacia, a partir de 1964. O sistema prevê a importação pelos países desenvolvidos, livre de direitos aduaneiros e dentro de certas condições, da maioria de manufaturas, semimanufaturas e de alguns produtos agrícolas provenientes dos países em desenvolvimento. Com a implantação já anunciada pela Comunidade Econômica Européia, vem a fórmula das cláusulas preferenciais merecendo aceitação por outras nações industrializadas do Ocidente, sendo nesse sentido bastante alviçareira a promessa feita pelo Secretário de Estado norte-americano William Rodgers, aos 22 chanceleres reunidos na recente assembléia da OEA: "Tão logo regresse aos Estados Unidos iniciarei consultas com parlamentares, com o objetivo de acelerar o processo legislativo necessário à criação de um sistema geral de preferências comerciais a todos os países em vias de desenvolvimento". E acrescentou: "O objetivo norte-americano é estreitar a sua associação com a América Latina. É apoiar plenamente a igualdade na soberania. Não queremos exercer a hegemonia. Não queremos um continente encerrado em si mesmo."

7. Forçoso é reconhecer, entretanto, que a par dêsses limitados mas animadores progressos, poderosas fôrças econômicas vêm procurando conduzir os governos de alguns países industrializados a uma orientação francamente autárquica, em flagrante contradição com os princípios da eqüidade, da justiça e da melhor harmonia entre os povos.

Vem o Brasil, através dos anos, procurando evitar que a integração nas nações da Comunidade Européia se viesse a processar em detrimento dos países em desenvolvimento, mediante políticas discriminatórias ou regras preferenciais. E é certo que alguns resultados dêsses esforços já se fizeram sentir, como, por exemplo, a paulatina redução do nível mínimo proposto, de 16 para 7%, da tarifa comum imposta à importação de café dos países não associados ao Mercado, prevendo-se ainda a possibilidade de novas reduções futuras.

Êxitos parciais, entretanto, não nos devem distrair de uma perspectiva necessàriamente global do problema. Não se pode esquecer que a constituição de áreas de influência econômica, que tem caracterizado a evolução da Comunidade Econômica Européia, importa numa oposição frontal ao processo de multilaterização do comércio internacional e num risco evidente à política de harmonia e boa convivência entre as nações, exigindo, como há poucos dias ressaltava judicioso editorial de **O Estado de São Paulo**, vigilante atenção de nossa diplomacia. Aquêle organismo se deveria erigir, ao contrário, num dínamo da política liberalizante do comércio mundial, como o foram os Estados Unidos durante o período da sua primazia comercial no pós-guerra. Daí, a necessidade de prosseguir o Brasil nos esforços que vem desenvolvendo, levando assim seu estímulo no sentido de ser êsse caminho abraçado por uma comunidade que, mercê de sua ampliação geográfica e crescente coesão interna, tende a dilatar a influência do mercado comum em todo o mundo.

Como ainda há poucos dias assinalava com precisão, na reunião da CEPAL realizada no Chile, o chefe da nossa delegação, Ministro Joaquim Serra, "persistem no comércio internacional, em prejuízo dos esforços realizados pelos países latino-americanos, os obstáculos à plena expansão de nossas economias. Como resposta à deterioração das relações de intercâmbio, nossos países vêm realizando esforços para diversificar suas exportações; porém, tal objetivo choca não sòmente contra a barreira do protecionismo, senão também com um sem número de obstáculos alfandegários, através dos quais os países desenvolvidos se esquecem do difundido ideal de liberdade de comércio e se aferram na defesa de setores industriais ultrapassados. A permanência de tais óbices pode prejudicar sèriamente o plano de aproveitamento por parte dos países em desenvolvimento do sistema de preferências gerais cuja aprovação representou sòmente um primeiro passo no sentido de uma mais livre entrada de nossos produtos manufaturados nos mercados de nações industrializadas".

PROTECIONISMO PERIGOSO

8. De não menor significação à segurança do desenvolvimento nacional é o acompanhamento vigilante de iniciativas que, originárias do Executivo ou do Congresso, vêm sendo levadas a efeito nos Estados Unidos da América, e que podem, da mesma forma, afetar fundamente os interêsses econômicos e comerciais brasileiros.

Não se ignora que no decorrer do ano passado, a controvérsia entre os Estados Unidos e o Japão de tal for-

ma estimulou as correntes protecionistas da Administração e do Congresso norte-americanos, que chegamos a nos encontrar na iminência de uma verdadeira "guerra comercial" entre as nações industrializadas, com reflexos que seriam verdadeiramente catastróficos sôbre as débeis economias dos países em desenvolvimento.

Durante os últimos dezoito meses, em concêrto com outras nações, especialmente as latino-americanas, pôde o Brasil desenvolver em tôdas as oportunidades que se lhe ofereceram, intensa campanha contra essas tendências protecionistas. Em declaração do Ministro das Relações Exteriores a lideres da indústria e do comércio dos Estados Unidos da América, em outubro do ano passado, se reafirmou com nitidez e franqueza essa orientação da diplomacia brasileira. Acentuou, então, o Ministro Gibson Barboza:

> "Sabemos que esforços como êsses são de longa maturação e exigem determinação e paciência. O Brasil os vem realizando persistentemente, há muitos anos, e julga, por isso, ser cada vez mais urgente que se transformem em realidades concretas. Um nôvo óbice poderá contrariar ou atrasar a efetivação dessas expectativas. Refiro-me às tendências protecionistas, pelas quais se interpõem barreiras a produtos que os países de industrialização incipiente lançam no mercado internacional em boas condições de competitividade. É o que ocorre quando países desenvolvidos estabelecem contrôles quantitativos, direitos compensatórios, quotas voluntárias e outros mecanismos, que, ao protegerem setores menos eficientes de suas economias, criam empecilhos à diversificação das exportações dos países em desenvolvimento. Essas práticas são particularmente graves para países como o Brasil, que buscam agora estabelecer indústrias de alto grau de elaboração tecnológica, voltadas para a exportação. Sem a certeza de mercados estáveis, sem a garantia da implementação do compromisso de **stand still**, assumido pelos países desenvolvidos há mais de sete anos, mas até hoje de nulo efeito prático, torna-se difícil orientar capitais de risco para indústrias de exportação. A reformulação das regras de comércio, de forma a torná-las mais equânimes para os países em desenvolvimento, só pode ter conseqüências benéficas para o comércio universal."

E, ainda, Sr. Presidente, é com satisfação que pudemos ler na Imprensa a reafirmação desta orientação feita por S. Exa. o Ministro das Relações Exteriores, em excelente e magnífico discurso com que agradeceu a justificada e merecida homenagem que recebeu por parte da Câmara de Comércio Brasileiro-Norte-americano.

Sob inspiração dessas diretrizes e para prevenir súbitas mudanças na política comercial norte-americana, os países latino-americanos obtiveram ainda a criação de uma Comissão Especial de Consulta e Negociações (CECON), do Conselho Interamericano Econômico e Social, cuja função específica é a de negociar a remoção de obstáculos que entorpecem o comércio interamericano. Paralelamente, no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, nos órgãos da Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas ..... (UNCTAD), na Assembléia-Geral da OEA, na Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA) e em outros foros, não tem a diplomacia brasileira — consciente de suas responsabilidades e numa linha de inteira coerência — deixado de ressaltar a posição do Govêrno brasileiro, contrária a qualquer medida destinada a agravar um protecionismo profundamente lesivo à harmonia e à justiça entre os povos e que, não raras vêzes, apenas acoberta ineficiências internas, que a atualidade não mais pode justificar.

O Sr. José Lindoso — Permite V. Exa., um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com prazer.

O Sr. José Lindoso — O tema que V. Exa. aborda é efetivamente do maior interêsse nesta fase do nosso desenvolvimento, — o tema da expansão comercial do Brasil. Quando V. Exa. está tratando do problema do comércio e das relações comerciais com os Estados Unidos em especial, precisamos lembrar que a Revolução tem insistido neste aspecto. Quando o Governador Nelson Rockefeller visitou o Brasil na busca de depoimentos para melhoria das relações do hemisfério, êle ouviu, na linguagem sincera e objetiva do Govêrno, que o Brasil simplesmente queria menos ajuda e mais comércio.

O SR. CARVALHO PINTO — Perfeitamente. Agradeço o aparte de V. Exa., com que corrobora as observações que venho desenvolvendo.

(Lendo.)

Ademais, como reconheceu com realismo o próprio Presidente Nixon, tendo em vista a orientação de seu país, uma política liberal "é indispensável para o vigor de nossa economia nacional, e para o sucesso da política exterior norte-americana. Um recuo de nossas históricas políticas seria altamente danoso aos nossos amplos interêsses internacionais, que podemos fomentar sòmente com a cooperação dos outros". E acrescenta:

> "... o problema de nossa política comercial não é só nosso, mas, na realidade, de extensão internacional. Nós e outros países devemos caminhar juntos para um comércio mais livre ou então, recuaremos juntos ao protecionismo. *Políticos restricionistas em* um país reforçam os apelos restricionistas em outros e enfraquecem o caso daqueles que defendem a liberdade de comércio."

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

9. Mas, como inicialmente deixei assinalado, a necessária defesa de nossa expansão comercial, não se pode restringir apenas à luta contra medidas protecionistas. De igual importância para gerar condições capazes de libertar o Brasil do subdesenvolvimento, é a criação, através da pesquisa própria e especialmente no campo industrial, de tecnologia adaptada às necessidade do País.

Se a industrialização brasileira foi até hoje baseada em mecanismos tendentes a promover a substituição de importações, há que reconhecer que

já vamos atingindo os limites naturais dêsse processo econômico. Doravante, para que não ocorram repercussões negativas à dinâmica do crescimento do País, é indispensável passar-se a dar primordial atenção à gradativa substituição da tecnologia importada, já que o progresso tecnológico não é apenas uma consequência, mas também, um pré-requisito *para o próprio desenvolvimento econômico.*

E outra não é a evidência que nos proporciona o exemplo de várias nações, e, de forma tão expressiva, o chamado milagre do Japão, onde, como assevera Hakan Hedberg **in** "O Desafio Japonês", o grau de tecnologia importada por êsse país já superou o pertinente ao próprio "milagre alemão" e, por outro lado, o crescimento das pesquisas próprias se *dimensiona pela sextuplicação das* respectivas despesas no último decênio.

DEFESA INDISPENSÁVEL

10. Não é preciso, por certo, encarecer a significação que pode ter para o futuro, um vigoroso incremento das nossas exportações. Como esclarecem os autores e testemunha a experiência, *"històricamente o início do desenvolvimento econômico em todos os países foi gerado pelo aumento das exportações".* A acentuar sua notória justificativa em nossa Pátria, aí está, não só a vultosa necessidade de empregos ditada pelo seu acelerado crescimento demográfico, como ainda o ínfimo nível de vida da população, a reclamar industrialização intensiva, em dilatada escala e altos níveis tecnológicos, a fim de que mais humanas condições de existência se alcancem, com a elevação do poder aquisitivo das massas e paralela redução dos custos unitários de produção.

Essa não será, por certo, uma tarefa fácil, nem das que se prestam a otimismos prematuros. Vale a pena relembrar, neste passo, o episódio relatado pelo nobre Senador Antônio Carlos, no excelente trabalho que elaborou a propósito da UNCTAD II, a que compareceu como um dos representantes desta Casa. Tendo a nossa *delegação recebido de um dos delega*dos presentes a observação de que na "na próxima UNCTAD o grupo dos 77 estará reduzido a 76", (77 era a denominação que se dava ao grupo dos países subdesenvolvidos) ao inquirir das razões da afirmativa, recebeu a tranqüila resposta:

> "simplesmente p o r q u e na 3.ª UNCTAD o Brasil, pelo seu progresso e desenvolvimento econômico, estará entre os chamados países desenvolvidos."

Lamentàvelmente, entretanto, a despeito dc tantos esforços feitos e conquistas reais alcançadas, não vieram os fatos a confirmar a grata previsão, e o que a realidade hoje nos ostenta é, ao contrário, a elevação dos subdesenvolvidos, ao número de 87. Passou de 77 para 87.

Tudo isso, senhores senadores, está a evidenciar a magnitude dos esforços que se reclamam para domínio da grave adversidade; mas quem a ana*lise em profundidade, identificará,* certamente, como um dos seus capitais fatôres, a grave deterioração ocorrida nas relações econômicas internacionais dos países pobres.

Focalizando com lucidez o problema, o Ministro Ronaldo Costa, representante do Brasil na Assembléia-Geral da OEA, realizada no mês passado em Costa Rica, teve oportunidade de apresentar observações e dados a cuja reprodução parcial não me furto neste instante. Não os reproduzo integralmente dada a exigüidade do tempo, mas me permito, pelo menos, relembrar as observações finais:

> "Dentre as várias fontes e dados estatísticos demonstrativos dessa *situação, certamente dos mais* contundentes são os que se referem à participação relativa de nossos países no comércio internacional, que se vem reduzindo a cada década que passa. Com efeito, exportações mundiais de mercadorias, como um todo, aumentaram de 110%, entre 1950 e 1960, sendo que as da Ásia, altamente influenciadas pela performance japonêsa e de Hong-Kong, aumentaram em 150%, as da Europa, em 125%; as da África, em 85%, e as da América Setentrional, em 80%. Enquanto isso, *as da América Latina cresceram* apenas em 40%. Na década seguinte (de 1960 a 1970), não foi maior o dinamismo de crescimento das exportações da região. Enquanto as exportações mundiais de mercadorias aumentavam em 83%, as da América Latina não cresciam mais de 39%, o que significa uma baixíssima taxa de crescimento, da ordem de 3% ao ano."

E mais adiante, ao comentar as perdas decorrentes da deterioração dos têrmos de intercâmbio entre produtos primários e industrializados:

> "Essas perdas, que hoje tendem a ser atenuadas por aquêles a quem não interessa apregoar a transferência de recursos reais de países em desenvolvimento para nações industrializadas, são impressionantes. No caso do Brasil, por exemplo, tomando o período de 1955/1959 como base, isto é, igual *a 100, a sua relação de* intercâmbio no período 1965/1969 foi de 79, isto é, uma perda de mais de 20% no valor real das exportações; ou, em outras palavras, precisamos exportar 20% a mais, para que possamos comprar a mesma quantidade de bens."

11. Ora, a evidência dêsses dados é *de molde a não nos permitir fraque*zas, ações isoladas ou contemporização de qualquer natureza. Num instante *em que fôrças poderosas, tanto* do capital como do trabalho, pressionando os comandos políticos de nações industrializadas...

(Interrompendo a leitura.)

Não ignoramos que, realmente, um dos principais fatôres da onda protecionista que se desenvolve nos Estados Unidos é a atuação dos sindicatos operários, temerosos da diminuição do trabalho por fôrça, naturalmente, do decréscimo das exportações.

(Retomando a leitura.)

... procuram obstar as nossas vias de acesso ao mercado internacional, é mister que, em contraposição, numa maciça unidade de pensamento e de ação, se afirme a formal inconformidade de um País que tem consciência de suas potencialidades e que não renuncia aos seus propósitos de caminhar para uma posição de vanguarda no mundo.

Não se trata de preocupação acadêmica ou teórica. Estão em jôgo não só os superiores e globais reclamos do desenvolvimento nacional, mas, a seu lado, as próprias condições vitais de quase uma centena de milhões de criaturas humanas, em sua maior parte carentes de trabalho e de melhores condições de vida, e que, para salvaguarda de seus mais legítimos interêsses, não pode prescindir do grande instrumento propulsor de progresso, que é o comércio internacional.

UNIDADE DE PENSAMENTO

12. Quando uma nova onda protecionista ameaça todo o nosso futuro, revivendo instrumentos de secessão que as condições transformadas do mundo não mais podem justificar; quando nações industrializadas, que sempre nos pregaram os cânones comerciais do liberalismo clássico, nos surpreendem com a negação dêsses princípios, exatamente na hora em que, acreditando na sua prevalência, nos havíamos penosamente preparado para a saudável competição internacional; quando figuras autorizadas do Congresso norte-americano — em divergência embora com a orientação e com o pensamento do respectivo Govêrno — advogam medidas profundamente restritivas da importação de têxteis, calçados, produtos eletrônicos e siderúrgicos, mobiliário, carne e, mediante engenhosas restrições sanitárias, de tôda uma extensa gama de produtos agrícolas; numa hora em que tão fundadas apreensões toldam os horizontes do nosso desenvolvimento, cumpre tornar evidente que a ação desenvolvida pelo Govêrno da República — longe de caracterizar uma operação solitária —, corresponde aos anseios de progresso do nosso povo e se estrutura numa vigorosa unidade do pensamento, onde os deveres da colaboração internacional não elidem as imposições de nossa soberania e o resguardo de nossos impostergáveis interêsses sociais e econômicos.

Êste é o testemunho que ora desejo registrar nesta Casa — que tem indeclinável co-responsabilidade na condução dos negócios externos —, certo de que, na modéstia das minhas palavras, estou na verdade traduzindo um pensamento generalizado de apoio às medidas defensivas de nossa economia e de repúdio às iniciativas externas que restringem, dificultam ou ameaçam a legítima e indispensável expansão comercial do País. **(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Tem a palavra o nobre Senador Dinarte Mariz.

O SR. DINARTE MARIZ — Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Como S. Exa. desiste da palavra, concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Guerra.

O SR. PAULO GUERRA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois das magníficas palavras pronunciadas, neste instante, pelo Senador Carvalho Pinto entendo que a homenagem prestada ao Ministro Mário Gibson Barboza, pela Câmara do Comércio Brasil-Estados Unidos, que o elegeu "o Homem do Ano" deve ser registrada nesta Casa, não sòmente como expressão de nossa alegria pela distinção recebida como também pela oportuna radiografia contida no discurso proferido na ocasião do agradecimento, cuja transcrição solicitei à Mesa.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exa., um aparte?

O SR. PAULO GUERRA — Com prazer.

O Sr. Filinto Müller — Era minha intenção usar a tribuna, hoje, como Líder da Maioria, para manifestar a grande satisfação de nossa Bancada, que é também satisfação de todo o povo brasileiro, pela homenagem merecida que vem de ser prestada ao Chanceler Mário Gibson Barboza pela Câmara de Comério Brasil-Estados Unidos.

Vejo, porém, que V. Exa. já aborda o assunto, e por isso solicito-lhe que se considere investido da Liderança da ARENA e faça de todos nós as palavras brilhantes e justas que, neste momento, pronuncia.

O SR. PAULO GUERRA — Muito grato, nobre Senador Filinto Müller, pela honrosa investidura.

Dizia eu, Sr. Presidente, que solicitei à Mesa a transcrição, em nossos Anais, do dicurso proferido pelo Chanceler Mário Gibson, naquela oportunidade.

Trata-se de documento da maior importância política, que bem define a patriótica orientação dos governos da Revolução e o esfôrço aqui realizado no sentido da promoção do nosso desenvolvimento e seu relacionamento com os Estados Unidos da América do Norte. A palavra do Ministro do Exterior expressa a afirmação do nosso País, consciente do seu destino e de sua missão no continente em conotação com os próprios destinos do mundo Ocidental. Falando de igual para igual, convidou o Chanceler Gibson Barboza, os nossos aliados norte-americanos, a uma meditação, pois os nossos esforços e os nossos êxitos repousam sôbre valôres essenciais e sôbre a própria concepção filosófica que constitui o patrimônio da civilização a que pertencemos.

Afirmando que a cooperação brasileiro-americana não se esgotava nos temas de nosso relacionamento no campo econômico, científico e tecnológico, por maior que fôsse a sua relevância, fixou que além disso deviam ser consideradas as nossas afinidades espirituais, inspiradas numa filosofia comum de vida, uma solidariedade política, uma comunhão de princípios e uma concepção moral que inspira as duas Nações. Enfim S. Exa. bem definiu a importância da posição do Brasil na defesa dos postulados democráticos, aspiração suprema dos povos livres e que a Revolução de Março preservou no seu grande esfôrço para alcançarmos desenvolvimento. **(Muito Bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o tempo é para tão-sòmente fazer dois registros que julgamos de importância.

Quando rebuscamos os textos bíblicos, fonte e única inspiradora dos cristãos de todo o Universo, lá nós encontramos um texto cuja passagem é após a morte de Cristo.

Crucificado, morto e sepultado e tendo prometido aos fiéis ressuscitar no terceiro dia, os apóstolos, vendo a aparição de Cristo, entreolharam-se e, sem o reconhecerem, entre uns e outros se perguntaram: será mesmo Cristo?

E a Bíblia nos revela que Cristo, para dissipar a dúvida dos apóstolos, estende as mãos e diz:

"Vêde minhas mãos, sou eu mesmo."

O texto bíblico, Srs. Senadores, é para caracterizar o reconhecimento daquele homem que, com suas mãos, tantas e tantas vêzes abençoou os seus fiéis, aquelas mãos que, ora sôbre a cabeça de um lázaro o cura, ora estendendo-a sôbre aquêles que queriam atirar a primeira pedra à prostituta, lhes diz:

"Aquêle que de vós não tiver nenhum pecado, que atire a primeira pedra."

É a mão, Sr. Presidente, que muitas vêzes caracteriza a vida de um homem. São as mãos que, muitas e muitas vêzes, tripudiam sôbre um ser e elevam e fazem transformar quase em divindade um homem. São mãos que, por vêzes, criminosas, ateiam fogo a um estopim de bomba, em um ato de terrorismo que infelicita inocentes e a nação inteira. São mãos assassinas, que, por vêzes, empunham coronhas e puxam gatilhos, retirando a vida dos seus semelhantes. São mãos implacáveis, Srs. Senadores, que, sub-reptìciamente, passa entorpecentes a inocentes, a terceiros, e abrem caminhos que o vão iludir, por todo o resto da vida. São mãos desgraçadas, perdoem-me o têrmo, que tapam, por vêzes, as bôcas inocentes para poderem praticar estupros criminosos e que, em verdade, infelicitam nossa sociedade.

Mas não são só mãos criminosas, implacáveis e desgraçadas que existem por aí. Existem mãos, todavia, abençoadas: mãos que enxugam frontes daqueles que sofrem; mãos que enxugam frontes banhadas de suor, nos leitos dos hospitais. São mãos benditas, que aconchegam os travesseiros, que ajustam, num gesto sublime, os cobertores para cobrir corpos que sofrem. Com mentes, por vêzes atribuladas e, por que não dizer, em desespêro, são mãos que confortam; mãos que diminuem angústias, mãos que se divinizam em atos de ternura e amor.

São as mãos, Srs. Senadores, das enfermeiras, que, em noites de vigília, em noites contínuas e imensas de vigília, estão sempre prontas a prestar socorro.

E se lhes falo assim, Srs. Senadores, é porque se comemora, na semana que passa, a Semana da Enfermeira.

Não poderia eu deixar de transmitir, e muito menos de fazer registrar no Senado Federal, a homenagem que a Nação inteira deve, necessàriamente, prestar a essas profissionais que, diuturnamente, praticam o bem, que continuamente diminuem a dor e aliviam sofrimentos.

O Senado não poderia ficar ausente na solidariedade ao trabalho abnegado dessa plêiade de homens e mulheres que, com seu lema "Seja enfermeira e caminhe com orgulho", pregam e praticam, permanentemente, a esperança, o alívio às dôres, o amor e o combate ao grande espantalho de todos nós, que é a morte!

Desejo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, fazer, nesta tarde, outra comunicação. Para fazê-la eu me reportarei ao discurso proferido, salvo engano, na Sessão de anteontem, pelo eminente Senador Matos Leão. Em determinada hora do discurso de S. Exa., foi êle aparteado pelo eminente Senador Helvídio Nunes que acentuou estar o Senador Matos Leão fazendo a verdadeira apologia do Estado do Paraná.

Como havia eu, dias passados, feito afirmações peremptórias, perante esta alta Casa, de que, no fim da década de 70, o Estado de Goiás se estaria ombreando com os maiores Estados da Federação, devo dizer que nem o Senador Matos Leão nem aquêle que lhes fala neste instante estariam em meras elocubrações de "patropi", senão tentando colocar, para esta Nação, senão tentando colocar, para o Brasil inteiro, o Paraná e Goiás.

Realmente, embarcamos no carro do desenvolvimento, realmente iniciamos o processo de demarragem econômica. Para tanto, foi preciso, evidentemente, muito trabalho e recorrer aos esforços de quantos brasileiros vieram de todos os rincões da Pátria, para conosco iniciar esta arrancada excelente para o desenvolvimento. Desta preocupação de desenvolvimento nasceu a arrancada necessária a nos conduzir amanhã, para a nossa verdadeira posição, no concêrto dos Estados brasileiros.

Assim, pediria ficasse registrado, nos Anais do Senado, a realização em Goiânia, no próximo dia 18, com duração até o dia 23 próximo, do II Congresso Goiano de Municípios. Êste congresso objetiva estudos de ordem macro-econômica das grandes regiões econômicas do meu Estado; êste Congresso objetiva, sobretudo, o equacionamento e o desdobramento das soluções por que anseiam os Municípios em desenvolvimento no meu Estado, presididos pela Associação Goiana de Municípios, uma entidade que congrega, em si, todos os Municípios do Estado de Goiás e cujo Estatuto diz, em seu art. 2.º:

"Art. 2.º — A Associação Goiana de Municípios tem por objetivos:

a) congregar os municípios do Estado de Goiás através de órgãos públicos representativos Executivo e Legislativo, bem como todos aquêles que, individualmente, venham a integrar seus quadros associativos, nos têrmos das disposições estatutárias;

b) realizar Congressos Estaduais, Concentrações Regionais e Noites Municipalistas, objetivando o estudo de problemas de cada zona é de interêsse local, bem como de interêsse geral de todo o Estado, paralelamente com palestras doutrinárias municipalistas;

c) difundir, por meio de jornais, revistas, folhetos, livros e outros meios de divulgação, escritos ou falados, os princípios da doutrina municipalista;

d) pugnar, junto aos podêres públicos, pela execução de providências capazes de assegurar o desenvolvimento econômico, administrativo, social e cultural das comunas goianas;

e) promover intercâmbio de conhecimentos e informações de caráter t é c n i c o-administrativo entre os municipios do Estado e os das demais unidades da federação, bem como com associa-

ções congêneres nacionais e estrangeiras;

f) promover estudos que deverão ser encaminhados aos podêres públicos competentes visando o bem-estar e progresso das coletividades comunais postulados pelos princípios municipalistas;

g) manter um serviço de consultas e de assistência jurídica e administrativa aos municípios, promovendo, quando solicitado, entendimentos de municípios entre si ou entre êstes e os podêres públicos estaduais e federal, para solução de seus problemas;

h) realizar os objetivos de cooperação expostos nos Estatutos da Comissão Panamericana de Cooperação Intermunicipal, na forma recomendada e ratificada pelos Congressos Panamericanos de Municípios e pela VI Conferência Internacional Americana;

i) executar e encaminhar as decisões dos Congressos Estaduais de Municípios e Concentrações Regionais, pugnando pela adoção de suas conclusões;

j) colaborar no estudo histórico dos Municípios goianos."

Pois bem, Srs. Senadores, existe no Goiás de hoje a consciência certa do desenvolvimento.

Vim a esta tribuna, neste instante, para fazer registrar, nos **Anais** desta Casa, a nossa solidariedade, a nossa satisfação, e porque não dizer, o nosso reconhecimento a essa plêiade de jovens. Através de uma associação desta natureza, tendo à frente homens como Antônio Lessa, Antônio de Souza e tantos outros goianos impulsivos, êles se reúnem em associações como essa, procurando criar condições de desenvolvimento para o nosso Estado, procurando, através de congressos como êsse que se realizará em meu Estado, dentro de alguns dias, criar o **know-how** de que necessitam os municípios do interior para se desenvolverem e crescerem. Procuram, sobretudo, criar aquelas condições básicas para que êsses municípios não sofram as sanções do Poder Central, que aí está para separar o joio do trigo, para simplesmente deixar que frutifiquem nos Estados brasileiros aquêles municípios que realmente tenham condições de se desenvolver e progredir.

De minha parte, fico imensamente feliz por essa disposição dos homens da Associação Goiana de Municípios, pois que, através de uma administração de 4 anos, ao lado do ínclito Engenheiro Otávio Lage, que governou o meu Estado nos últimos 4 anos, e de quem fui Vice-Governador, procuramos implantar em Goiás aquela infra-estrutura econômica capaz de permitir àquele Estado essa arrancada que prognosticamos, há dias, desta tribuna, desenvolvendo, principalmente, as atividades básicas que vão propiciar um crescimento assustador, se Deus quiser, a todos aquêles nossos municípios.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Senador Osires Teixeira, eu não poderia deixar escapar esta oportunidade para dar aqui o meu depoimento, quando V. Exa. se refere ao qüinqüênio do Govêrno Otávio Lage-Osires Teixeira. Foi, sem dúvida, para o nosso Estado, uma verdadeira bênção dos Céus. Permitiu-nos a administração a que me refiro e da qual V. Exa. fêz parte, que nós, os candidatos da ARENA, na nossa pregação cívica pelo Estado, disséssemos ao povo, alto e bom som, e repetimos aqui, para que conste dos Anais desta Casa, que o govêrno Otávio Lage realizou, no Estado de Goiás, muito mais, dentro das nossas fronteiras, em têrmos de obras públicas, do que foi realizado desde Bartolomeu Bueno da Silva até 1965. Sem dúvida, como disse, era necessário que fizéssemos êsse registro, para que constasse êste nosso depoimento e para sermos fiéis à verdade, prestando a homenagem justa que realmente mereceram V. Exas., quando à frente da administração pública estadual.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Agradeço a V. Exa. o aparte. **(Lê.)**

Com a implantação do Regime Revolucionário, decorrente do patriótico movimento de março de 1964, a Administração Pública Brasileira, nas suas três esferas, foi atingida por um fluxo incomum de normas e princípios, geradores de uma nova mentalidade na gestão da coisa pública.

A par do caráter moralizador inerente aos atos normativos da administração, teve-se em mira garantir e fortalecer a autonomia dos governos, em todos os escalões, de acôrdo com os preceitos contidos na Constituição do Brasil. Assim é que se beneficiaram grandemente os municípios, com a instituição do Fundo de Participação dos Municípios, e participação sôbre o Impôsto de Circulação de Mercadorias, permitindo às administrações desenvolverem programas mais extensos e de maior alcance sócio-econômico. Nota-se, entretanto, que os resultados positivos dessa soma maior de recursos sòmente se efetivarão plenamente com a disseminação progressiva e constante dos conhecimentos básicos de racionalização administrativa.

Se antes de março de 1964 padeciam os municípios de males crônicos e aparentemente insolúveis, atualmente, com a introdução de novos conceitos e maiores recursos, as administrações ainda se mostram carentes de meios que lhes permitam atender as exigências dos estatutos revolucionários. Sob êsse aspecto, ressalte-se, por notória, a dificuldade com que os Prefeitos se vêem a braços para prestarem contas junto aos Tribunais do Estado e da União, bem como aos órgãos que lhes beneficiam com ajuda financeira. Outrossim, se desdobram inòcuamente, muitas vêzes, com o fim de elaborarem planos ou programas de trabalho, à falta de assessoria técnica especializada.

Para isso surgiu a Associação Goiana de Municípios — AGM, que se incumbe de oferecer essa assistência e auxiliar as Prefeituras nas tarefas de reestruturação dos serviços burocráticos, treinar ou aperfeiçoar seus servidores em cursos rápidos, suprindo os setores mais necessitados, como fórmula de prover a capacidade autopolítica dos Municípios goianos. Tais cursos serão promovidos mediante convênios com órgãos públicos e privados, ou mesmo com as Universidades existentes em Goiás, pois, é preocupação contínua da atual Diretoria da AGM, a criação de uma sólida infra-estrutura administrativa ao nível municipal.

Em verdade, essa Associação promoveu e criou um programa mínimo de trabalho, naturalmente sensível às realidades do interior do Estado; naturalmente consciente e ciente da importância de pequenos e rápidos cursos de formação profissional, porque os pequenos municípios brasileiros carecem sèriamente de recursos humanos, de homens capazes de atender a essa infindável legislação que obriga a determinados preceitos que sòmente uma capacitação profissional, ainda que rápida, possibilita.

Esta a razão pela qual estou nesta tribuna louvando a existência da Associação Goiana dos Municípios, lembrando, ao mesmo tempo, que proveitoso seria que todos os Estados brasileiros pudessem contar com associações como essa, porque, sem dúvida, elas iriam prestar relevantes serviços à coletividade brasileira e ao municipalismo brasileiro.

O Sr. Filinto Müller — V. Exa. permite um aparte?

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Filinto Müller — Nobre Senador Osires Teixeira, desejava congratular-me com V. Exa. por trazer ao conhecimento do Senado e do País a existência dessa Associação Goiana dos Municípios, que tão relevantes serviços presta, na orientação e formação de administradores municipais no seu Estado. Realmente é uma iniciativa do mais alto gabarito essa que V. Exa. aponta e que se realiza no grande e progressista Estado de Goiás. Ocorre, apenas, que ela apresenta um aspecto genérico, abrangendo todos os municípios do Estado. Lembraria a V. Exa. que, no Sul de Mato Grosso, uma iniciativa semelhante foi tomada pelo atual Deputado Federal João da Câmara, que criou a Associação dos Municípios do Sul de Mato Grosso e êsses municípios, representados pelos seus prefeitos, receberam o influxo de uma orientação sadia, no sentido de que a administração municipal pudesse seguir tôdas as normas administrativas legais para não cairem os prefeitos na contingência de verem suas contas desaprovadas pelo Tribunal de Contas e por isso impedidos de receber os respectivos impostos. V. Exa. e os goianos, de modo geral, fizeram uma obra mais ampla abrangendo todos os municípios do Estado. Em Mato Grosso, a associação abrange um pequeno setor, mas também com resultados satisfatórios. Goiás está, portanto, dando um exemplo ao Brasil, porque assim é que se devem preparar os futuros administradores municipais. Nós, Senadores, interessados na solução dos problemas dos nossos Estados, muitas vêzes somos procurados por prefeitos que vêm, angustiados, saber como devem proceder para apresentar suas contas ao Tribunal de Contas. Procedem corretamente, aplicam de maneira que lhes parece acertada aplicar, mas, muitas vêzes, por desconhecerem essa legislação esparsa a que V. Exa. fêz referência, não satisfazem às exigências do referido Tribunal e não podem receber os recursos necessários para o prosseguimento de suas obras. O discurso de V. Exa., a meu ver, tem mais um significado — o de alertar os prefeitos de todo Brasil para que se unam, para que se organizem em associações, para que estabeleçam também seus cursos de administração. Dessa maneira teremos um progresso notável na administração dos municípios do nosso País. Meus cumprimentos, minhas congratulações à Associação Goiana dos Municípios e a V. Exa., que traz o problema, com tanto brilho, a esta Casa.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — Muito grato ao Senador Filinto Müller. Agradeço as referências de V. Exa., e mais, folgo em saber da existência de uma associação similar — e talvez mais antiga do que a nossa — no Estado de Mato Grosso.

Em verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o registro que eu pretendia fazer desta tribuna era, como bem já prenunciou o ilustre Líder da Maioria, com o intuito de fazer sentir ao Brasil inteiro a importância de associações desta natureza, que devem ter o respaldo e a cobertura do Poder Central como, de resto, a Associação Goiana dos Municípios está tendo o respaldo de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, Leonino Caiado que, quando Prefeito de Goiânia, foi seu Presidente, sentiu sua filosofia e está convicto de que, com associações desta natureza, desde que se tenha a cobertura do Govêrno do Estado e do Govêrno Central, nós criaremos, em verdade — e não por simples acaso — a mentalidade municipalista de que o Brasil precisa. **(Muito bem! Palmas.)**

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guiomard — Geraldo Mesquita — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Domício Gondim — Milton Cabral — João Cleofas — Wilson Campos — Arnon de Mello — Augusto Franco — João Calmon — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Milton Campos — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Saldanha Derzi — Accioly Filho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — A Presidência recebeu do Prefeito do Município de São Paulo, o Ofício n.º 342-C, de 11 do corrente, solicitando autorização do Senado para financiamento no exterior destinado à construção do Metrô de São Paulo.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sôbre a mesa projeto de lei de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 22, DE 1971

Determina que o reajustamento das aposentadorias, pensões e outros benefícios do INPS seja feito na mesma data da alteração do salário-mínimo, dando nova redação ao § 1.º do art. 67 da Lei n.º 3.807, de 26 de agôsto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Passa a ter a seguinte redação o § 1.º do art. 67 da Lei número 3.807, de 26 de agôsto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social):

"§ 1.º — O reajustamento de que trata êste artigo entrará em vigor na mesma data da vigência do nôvo salário-mínimo, arredondando-se o total obtido para a unidade de cruzeiros imediatamente superior."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Atualmente as aposentadorias, pensões e outros benefícios pagos pela Previdência Social, são reajustados **sòmente 60 dias após a vigência do nôvo salário-mínimo.**

Eis a disposição da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei n.º 3.807 de 20 de agôsto de 1960, artigo 67, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 66, de 21 de novembro de 1966):

> "**Art. 67** — Os valôres dos benefícios em manutenção serão reajustados sempre que fôr alterado o salário-mínimo.
>
> § 1.º — O reajustamento de que trata êste artigo vigorará sessenta dias após o término do mês em que entrar em vigor o nôvo salário-mínimo, arredondando o total obtido para a unidade de milhar de cruzeiros imediatamente superior."

Essa situação é injusta e, dado o achatamento que vem sofrendo o salário-mínimo, pode ser considerada desumana.

De fato. Na mesma data da elevação do salário-mínimo, aumenta, em igual proporção, a arrecadação de contribuições em favor do INPS. Não é justo que haja um critério para receber contribuições e outro para pagar benefícios.

Da mesma forma, não é justo que, sujeitos à mesma elevação do custo de vida, sendo "iguais perante a lei" (art. 153, § 1.º, da Constituição), os aposentados só comecem a receber o reajustamento 60 dias depois dos empregados em atividade.

Além disso, é difícil e mesmo desesperadora a situação dos aposentados, viúvas e pensionistas da Previdência Social, principalmente pelo fato de receberem, na maioria dos casos, mensalidades inferiores ao salário-mínimo.

Essa injustiça precisa ser corrigida. Se o próprio Poder Público reconhece a necessidade de ajustamento ao custo de vida dos salários dos trabalhadores em atividade, não pode ignorar que essa necessidade é ainda maior em relação às viúvas, aos órfãos e aos inválidos. A subsistência dêstes depende exclusivamente dos reduzidos benefícios pagos pela Previdência Social. Por essa razão, não têm êles condições para aguardar o longo transcurso de 2 ou 3 meses para começar a receber o aumento de suas pequenas aposentadorias e pensões.

A finalidade do projeto é corrigir êsse mal. Para isso determina que o reajustamento das aposentadorias, pensões e outros benefícios do INPS seja feito na mesma data da alteração do salário-mínimo.

O custeio dêsse encargo já está previsto na legislação da previdência. Efetivamente, incidindo a contribuição para o INPS sôbre o valor dos salários, é claro que, a partir da elevação dêstes, eleva-se automàticamente a arrecadação do Instituto na mesma proporção.

A medida prevista é, assim, de rigorosa justiça. Tem fundamento legal e constitucional. E vem sendo reclamada pelas organizações sindicais e associações de aposentados e pensionistas de todo o País.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1971. — **Franco Montoro.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 66
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

"Altera disposições da Lei n.º 3.807, de 26 de agôsto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social)."

.....

Art. 17 — O art. 67 e seus §§ da Lei n.º 3.807, passam a ter a seguinte redação:

> "**Art. 67** — Os valôres dos benefícios em manutenção serão reajustados sempre que fôr alterado o salário-mínimo.
>
> § 1.º — O reajustamento de que trata êste artigo vigorará sessenta dias após o término do mês em que entrar em vigor o nôvo salário-mínimo, arredondado o total obtido para a unidade de milhar de cruzeiros imediatamente superior.
>
> § 2.º — Os índices do reajustamento serão os mesmos da política salarial estabelecida no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 15, de 29 de julho de 1966, considerado como mês-básico o de vigência do nôvo salário-mínimo.
>
> § 3.º — Nenhum benefício reajustado poderá ser superior a 10 (dez) vêzes o maior salário-mínimo vigente no País, na data do início da vigência do reajustamento."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — O projeto irá às Comissões competentes.

Há requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO
N.º 66, DE 1971

Sr. Presidente:

Nos têrmos do art. 234 do Regimento Interno, requeiro transcrição, nos Anais do Senado Federal, do anexo discurso do Chanceler Mário Gibson Barboza, Ministro das Relações Exteriores, pronunciado na homenagem que recebeu da Câmara do Comércio Brasileiro-Norte-americano, em Nova Iorque.

Brasília, 14 de maio de 1971. — Senador **Paulo Guerra.**

REQUERIMENTO
N.º 67, DE 1971

Nos têrmos do art. 234 do Regimento Interno, requeiro transcrição, nos Anais do Senado, da Ordem do Dia baixada pelo Ministro do Exército, General Orlando Geisel, ao ensejo das comemorações do "Dia da Vitória".

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1971. — Senador **Dinarte Mariz.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — De acôrdo com o art. 234, § 1.º, do Regimento Interno, os requerimentos serão submetidos ao exame da Comissão Diretora.

Está terminado o período destinado ao Expediente.

Estão presentes na Casa 53 Srs. Senadores.

Há número regimental.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Votação, *em turno único, do* Requerimento n.º 65, de 1971, de autoria do Sr. Senador Emival Caiado, que solicita a constituição de *uma Comissão* de três membros para representar o Senado na 17.ª Exposição Agropecuária a se realizar em Anápolis, de 16 a 20 do corrente.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — De acôrdo com as indicações das Lideranças, designo, para compor a Comissão, os Srs. Senadores Emival Caiado, Benedito Ferreira e Adalberto Sena.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 2

Discussão, em turno único, do *Projeto de Lei da Câmara* n.º 13, de 1970 (n.º 1.474-B/68, na Casa de origem), que "altera a redação do § 1.º do art. 662 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo Pareceres favoráveis, sob n.ºs 10 e 11, de 1971, das Comissões de **Constituição e Justiça e de Legislação Social.**

Em discussão. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 13, DE 1970

(N.º 1.474-B/68, na Casa de origem)

Altera a redação do § 1.º do art. 662 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — O § 1.º do art. 662 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 662 — .....

§ 1.º — Para êsse fim, cada sindicato de empregados e de empregadores, *com base territorial* extensiva à área de jurisdição da Junta, no todo ou em parte, procederá, na ocasião determinada pelo Presidente do Tribunal Regional, *à escolha de três nomes* que comporão a lista, aplicando-se à eleição o disposto no art. 524 e seus §§ 1.º e 3.º"

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 3

Discussão, em turno único, do Parecer n.º 23, de 1971, da Comissão do Distrito Federal, sôbre a Indicação n.º 2, de 1964, de autorio do Sr. Senador Cattete Pinheiro, que sugere o exame das questões relacionadas com o Plano Educacional de Brasília. (Parecer pelo arquivamento da indicação face ao decurso de prazo e as posteriores alterações constitucionais e regimentais.)

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Será arquivada a Indicação.

É o seguinte o Parecer aprovado:

PARECER N.º 23, DE 1971

Da Comissão do Distrito Federal, sôbre a Indicação n.º 2, de 1964, que sugere o exame das questões relacionadas com o Plano Educacional de Brasília.

Relator: Sr. Adalberto Sena

O ilustre Senador Cattete Pinheiro, com base no art. 220 do Regimento Interno do Senado, vigente no ano de 1964, sob a forma de Indicação, sugeriu a esta Comissão "o exame das questões relacionadas com o Plano Educacional de Brasília, especialmente *no que diz respeito:*

I — à construção e estado de conservação dos prédios escolares para *o ensino primário e ensino* médio;

II — à situação dos professôres quanto *ao número necessário* a cada unidade escolar

III — à forma de aquisição e emprêgo do material *de consumo* e equipamento escolar;

IV — e ao funcionamento do ensino primário e do *ensino médio*".

2. Esclarece o ilustre autor que, não podendo reclamar diretamente como desejava, "providências imediatas que viessem solucionar, com a urgência que se faz necessária, a precária situação que *vem caracterizando o ensino* de Brasília", dirige-se a esta Comissão para que "no uso das prerrogativas que lhe são asseguradas pelo Regimento Interno, sejam os problemas do *ensino em Brasília devidamente* estudados e apresentadas as medidas legais que possam garantir a plena execução do seu plano educacional".

3. Ao apreciar anteriormente a matéria e reconhecendo o alto alcance da proposição, esta Comissão acolheu parecer do ilustre Relator, Senador Eurico Rezende, sugerindo fôsse submetido "à Casa projeto de resolução com o objetivo de se criar uma Comissão de Inquérito, de conformidade com os artigos 148 e 149, *b*, do Regimento", para que fôssem apurados os fatos que justificaram a iniciativa da proposição.

4. Não obstante ser louvável a iniciativa do ilustre autor da indicação, Senador Cattete Pinheiro, o que tão bem demonstra o zêlo para um problema sempre atual, complexo e cíclico como é o da Educação, opinamos, face ao decurso de prazo e às posteriores alterações constitucionais e regimentais, pelo arquimento da presente Indicação.

Sala das Comissões, em 4 de maio de 1971. — **Cattete Pinheiro,** Presidente — **Adalberto Sena,** Relator — **Benedito Ferreira — José Lindoso — Osires Teixeira — Antônio Fernandes.**

Esgotada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Ainda há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Fernando Corrêa.

O SR. FERNANDO CORRÊA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna do Senado para comunicar a esta augusta Casa a inauguração da Usina do Rio da Casca n.º 3, que servirá para o fornecimento de energia elétrica a Cuiabá, Capital do meu Estado.

Esta usina poderá fornecer energia a Cuiabá e a diversos Municípios do Norte por um período de 5 a 8 anos, o que permitirá resolvermos definitivamente o fornecimento de energia para tôda a zona norte do Estado.

A primeira usina do Rio da Casca, no seu aproveitamento inicial, foi feita em 1926 pelo Governador Mário Corrêa. Era uma pequena usina de 300 cavalos. Depois, na Interventoria do bacharel Júlio Müller, depois da Revolução de 1930, essa usina foi aumentada para 500 cavalos. No meu primeiro Govêrno, que começou em 1951, inaugurei a segunda usina do Rio da Casca, com a instalação de mais duas turbinas, a cêrca de 500 a 1.000 metros da Usina n.º 1, produzindo, então, 2.400 cavalos.

O Govêrno que me sucedeu, do Dr. João Ponce de Arruda, adquiriu a terceira turbina para essa Usina n.º 2, perfazendo um total de 5.000 cavalos. Mas no meu segundo Govêrno tentei resolver, de maneira mais dilatada, o problema da energia para a nossa Capital. Assim foi contratada, com a firma Mendes Júnior, uma das mais categorizadas do Brasil, a instalação da Usina n.º 3 do Rio da Casca, que se inaugurou anteontem, não só em presença do Governador do Estado, Dr. José Fragelli, como de um representante da ELETROBRÁS, a quem estava afeta, de algum tempo a esta parte, a incumbência de terminar a usina.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FERNANDO CORRÊA — Ouço V. Exa. com prazer.

O Sr. Filinto Müller — Nobre Senador Fernando Corrêa, desejo congratular-me com V. Exa. pelo evento da inauguração da Usina Casca n.º 3. V. Exa., como acaba de afirmar, como Governador deu início a esta obra, e eu compreendo bem a preocupação que V. Exa. tinha em atender aos demais anseios de energia elétrica do nosso povo cuiabano que, com o desenvolvimento da capital, se via impossibilitado de ampliar o seu desenvolvimento industrial por falta de energia elétrica. Nós temos a felicidade — V. Exa. sabe muito bem, melhor que ninguém — de possuir no centro de Mato Grosso a região do pantanal, desconhecida no Brasil, porque muita gente supõe que pantanal seja pântano, quando na realidade é uma zona de criação de gado de primeiríssima ordem...

O SR. FERNANDO CORRÊA — Não atola e nem tem pântanos.

O Sr. Filinto Müller — ... com pastagens admiráveis de capim-mimoso e grandes rebanhos bovinos. E porque temos uma região plana, temos dificuldades de captação de rios para conquistar a energia hidrelétrica. Foi por isso que V. Exa. foi buscar no Rio Casca, a 90 km de Cuiabá...

O SR. FERNANDO CORRÊA — Noventa quilômetros em linha reta. Pela estrada de rodagem, fica a 120 km.

O Sr. Filinto Müller — ... um rio que cai da montanha, essa possibilidade de ampliar a energia elétrica. Congratulo-me com V. Exa. pela inauguração dessa obra, iniciada pelo Govêrno de V. Exa. e terminada, agora, com grandes sacrifícios para Mato Grosso e graças à ajuda da ..... ELETROBRÁS, que tem à frente da sua direção um homem do valor do Dr. Mário Bhering e do Professor Pinto de Aguiar, que foram os responsáveis pela encampação da obra para sua terminação. E neste passo, congratulo-me com V. Exa. e com a gente da nossa terra, da nossa querida Cuiabá e de Mato Grosso de um modo geral, por êsse acontecimento promissor, queria deixar aqui lançada também uma idéia, que também V. Exa. aprova, para a solução do problema energético do Leste e do Norte de Mato Grosso, tendo por centro Cuiabá: seria a extensão da energia elétrica de Urubupungá até a Capital de Mato Grosso. Êsse o grande problema pelo qual nós, mato-grossenses, pelo qual nós, representantes de Mato Grosso, teremos que lutar — e V. Exa. à frente, como comandante dessa luta — para que possamos levar até Cuiabá, atendendo todo o Leste, Norte e Noroeste do Estado, a energia elétrica de Urubupungá. Esta energia de Urubupungá está também vinculada ao nome de V. Exa. porque, como Governador, teve a iniciativa da organização daquele convênio de Estados da Bacia do Paraná, para aproveitamento da energia do Rio Paraná. Também V. Exa. tem seu nome ligado a essa grande iniciativa, tão benéfica não sòmente para Mato Grosso e para São Paulo, mas para todo o Brasil. Portanto, nobre Senador Fernando Corrêa, devemos iniciar nova luta — a da extensão da linha de energia elétrica de Urubupungá até Cuiabá. Desta forma estará resolvido definitivamente o problema energético do Norte e do Leste do nosso Estado.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Muito obrigado, nobre Senador Filinto Müller. V. Exa. fala com autoridade tôda especial e com o coração cheio de patriotismo.

Sr. Presidente, durante meu Govêrno, o Dr. Mário Bhering traçou o plano energético para Mato Grosso, tanto que S. Sa. é cidadão mato-grossense, título que lhe foi outorgado pela Assembléia Legislativa. Hoje, à frente da ELETROBRÁS, o Dr. Mário Bhering compreende muito bem nossa satisfação, que igualmente deve ser sua, com a inauguração da Usina n.º 3 do Rio da Casca.

Estamos inaugurando apenas duas turbinas, com 15 mil kva. Caberia

ainda uma terceira, para que pudéssemos atingir uma espera de seis a oito anos. É difícil prever a demanda, devido ao extraordinário crescimento de nossa Capital, não só com o aproveitamento das terras fertilíssimas da Amazônia, como também agora com a Estrada Cuiabá—Santarém. No momento, Cuiabá é um burburinho: gente chegando em caminhões, máquinas, empresários, empreiteiros.

Certamente não se pode prever por quanto tempo a energia dêsses 18 mil kva., que poderá fornecer a Usina Casca 3 será suficiente. Mas há ainda uma outra alternativa, já estudada pelo engenheiro que construiu a usina de Casca 2, o engenheiro Cândido Rondon: a adução do rio das Mortes no rio da Casca, um canal adutor de cêrca de 6 quilômetros, para permitir o fornecimento de 75 mil kva. para Cuiabá. Êste estudo é muito interessante e a ELETROBRÁS está sèriamente pensando na sua execução. Durante o meu segundo govêrno, estudamos a possibilidade da barragem do próprio rio Cuiabá, a 10 ou 12 quilômetros acima da Capital. Mas parece que ficará definitivamente solucionado o problema de fornecimento para tôda a Região Norte do Estado, com aquilo que V. Exa., nobre Senador Filinto Müller, declarou: levarmos a linha de transmissão da usina da Ilha Solteira — que é a segunda usina de Urubupungá, porque a primeira é a de Jupiá — para Cuiabá, porque a energia transmitida do Rio São Francisco, da Usina Paulo Afonso, é mais longe Paulo Afonso—Fortaleza, do que da Usina da Ilha Solteira a Cuiabá.

O Sr. Osires Teixeira — V. Exa. me permite um aparte? (***Assentimento do orador.***) — Estou ouvindo com muita atenção a satisfação que V. Exa. demonstra ao Senado, como de resto à Nação inteira, pela inauguração da Usina Casca 3. Em verdade, eu sempre vi na pessoa de V. Exa. um homem preocupado com o futuro de Mato Grosso, tanto que foi o pioneiro da Usina. Como Governador V. Exa. iniciou a Casca 1. V. Exa. está preocupado, agora, com a inauguração da Casca 3, e também foi V. Exa. — e muito bem lembrado pelo eminente Líder da Maioria —, foi V. Exa. que, como primeiro Presidente da Comissão Interestadual da Bacia Paraná—Uruguai...

O SR. FERNANDO CORRÊA — O primeiro Presidente foi o Professor Lucas Nogueira Garcez, eu fui o vice-presidente.

O Sr. Osires Teixeira — Sim, V. Exa. foi o Vice-Presidente, cargo que me honro, hoje, de exercer na Comissão Interestadual da Bacia Paraná—Uruguai, naturalmente sucedendo a V. Exa. anos depois — foi V. Exa. que já naquela época, preocupado com o problema da energetização do sul de Mato Grosso, preconizou, estudou e chegou a receber, na ocasião, críticas sériissimas da imprensa, que dizia ser impossível, mesmo absurdo, pretender-se fazer o segundo complexo hidrelétrico do mundo e o primeiro complexo energético do mundo ocidental, eis que o complexo de Urubupungá dá, salvo engano, quatro milhões e meio, sendo, portanto, o maior complexo hidrelétrico do Mundo Ocidental. V. Exa. naquela oportunidade estava pensando no Mato Grosso de hoje, no Mato Grosso do Govêrno Médici, no Mato Grosso das conquistas extraordinárias da Revolução, no Mato Grosso da Cuiabá—Santarém, e da sua Cuiabá em burburinho, como disse V. Exa., no Brasil de hoje, no Brasil da Revolução. V. Exa., já àquela época, pensava na grandeza imensa dêste Brasil de hoje, apontado pelo Senador Carvalho Pinto, ex-Presidente da Comissão Interestadual da Bacia do Paraguai e que nos aponta, para satisfação nossa, de brasileiros, o aumento da taxa de crescimento interno bruto de 4 para 9%. Mato Grosso talvez esteja com a taxa de crescimento superior a do Brasil, graças à visão de homens como V. Exa. que ali foram Govêrno.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Apenas posso dizer que Mato Grosso quer acompanhar Paraná e Goiás.

Com a linha de transmissão da Ilha Solteira a Cuiabá, estará resolvido, até onde possamos imaginar, o problema energético do norte para depois, então, aproveitarmos os imensos caudais da bacia amazônica, inclusive a Cachoeira das Nuvens, no Rio Tapajós.

Quero ainda dizer que na Ilha Solteira, o complexo Urubupungá também já fornece energia para Campo Grande, graças ao financiamento da **Aliança para o Progresso** e, sobretudo, pelo empenho dêsse mato-grossense Roberto Campos, que é um grande economista, quando Ministro do Planejamento, com a ajuda também do Embaixador Lincoln Gordon, Mato Grosso conseguiu uma verba da Aliança para o Progresso, para que pudéssemos, como fizemos, levar em tôrres de aço a energia de Urubupungá a Campo Grande.

E o Governador passado, que terminou há poucos dias o seu mandato, conseguiu levar essa energia, também em tôrres de aço, até Dourados.

O Senador Filinto Müller é testemunha de nosso empenho em conseguir um empréstimo americano para o Govêrno do Estado, para levarmos essa mesma energia até Aquidauana, Miranda e Corumbá.

O Sr. Filinto Müller — Temos plena certeza de que o Governador Fragelli, que é um homem de grande valor, homem equilibrado, trabalhador e incansável, levará a energia elétrica de Campo Grande a Corumbá. Então, estará resolvido o problema de quase tôda a região sul de Mato Grosso. Ficarão faltando as regiões leste e norte.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Cuiabá também poderá se beneficiar desta linha de Ilha Solteira a Corumbá.

O Sr. Filinto Müller — Exatamente; ficará faltando sòmente o problema da região leste e da região do norte do Estado com o centro, com sede em Cuiabá. A região leste poderá ser abastecida talvez por Goiás, mas a linha de Solteira a Cuiabá passará obrigatòriamente pela zona norte e as nossas cidades como Alto Araguaia, que já têm energia, mas Guiratinga, Poxoreu e Rondonópolis, que são centros de desenvolvimento do Leste de Mato Grosso, tôdas elas serão beneficiadas com a extensão de Ilha Solteira para Cuiabá. É por isso que a idéia me apaixona: porque não sòmente o Leste, mas também o Norte,

de Cuiabá até Cáceres, que tem desenvolvimento extraordinário, até Rosário Oeste, Diamantino, Alto Paraguai, Arenápolis...

O SR. FERNANDO CORRÊA — E tôda zona que fôsse aparecendo, na pujança desta estrada Cuiabá—Santarém.

O Sr. Filinto Müller — E, futuramente, como disse muito bem V. Exª., quando essa região estiver tôda ela já suficientemente desenvolvida, será a vez de aproveitarmos os saltos que há no norte da Bacia Amazônica — já para a Bacia Amazônica. Há um grande potencial de energia elétrica, não aproveitado, atualmente. Como disse de início, no centro de Mato Grosso temos região plana, de cêrca de 500 quilômetros no sentido Norte-Sul, e 300 quilômetros no Leste-Oeste, constituindo a Zona do Pantanal. É região plana.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Da região Norte, de Cáceres, até à fronteira sul, o Rio Apa, são 800 quilômetros.

O Sr. Filinto Müller — A região plana do Pantanal é que tem cêrca de 500 quilômetros, abaixo da Serra dos Parecis até à Serra Maracaju. Então, essa região plana tem 500 quilômetros Norte-Sul e 300 quilômetros Leste-Oeste, mais ou menos, ou mais do que isso, talvez. Essa região plana é pobre de possibilidades de energia elétrica. Então, a meu ver — eu não sou técnico —, a solução do problema está na energia elétrica do Conjunto de Urubupungá, partindo de Ilha Solteira, seguindo para a região leste, até atingir a capital e da nossa capital para o norte e para o sul também, para Santo Antônio e para Barão de Melgaço.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Perfeitamente de acôrdo com a explanação de V. Exa., Senador Filinto Müller, que é um patriota, um grande mato-grossense e se empenha, tanto quanto eu, na solução dêsse magno problema de fornecimento de energia elétrica para o nosso progresso.

Quero ainda dizer aos nobres Pares do Senado que, com o asfaltamento da estrada São Paulo—Campo Grande, pela qual já se vai hoje, de ônibus, em 12 horas — e temos diversos ônibus por dia —, com a ajuda do Govêrno Federal e o DNER já com os estudos feitos para o asfaltamento da Campo Grande—Cuiabá em mais de 100 quilômetros, já estando a verba designada para o segundo semestre dêste ano; com a estrada asfaltada e nós, o Senador Filinto Müller, o Ministro Mário Andreazza e eu, empenhados em levar êste asfalto até Dourados, Mato Grosso vai poder acompanhar o progresso de Goiás e o progresso do Paraná. Dê-nos estradas, dê-nos energia elétrica e nós, mato-grossenses, faremos o resto. **(Muito bem! Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Tem a palavra o nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois dos extraordinários discursos pronunciados, na tarde de hoje, nesta Casa, pelo Senador Carvalho Pinto, eu só me aventuro a falar porque vou seguir os bons exemplos dos ilustres Senadores Osires Teixeira e Fernando Corrêa, que chegaram a trazer à colação o nosso eminente e querido Líder Filinto Müller, discursos êstes tratando de problemas dos Estados que respectivamente S. Exas. representam nesta Casa. Sigo mais de perto o exemplo do Senador Fernando Corrêa, pois que também nas palavras que escrevi, cuido do problema energético da minha região, especialmente do meu Estado, o Piauí.

(Lê.)

Na luta em que se empenha o Piauí, sobretudo de 1963 a esta parte, para acelerar o seu processo de desenvolvimento, inúmeros problemas, a exigirem prontas soluções, normalmente desafiam a capacidade do governante.

A primeira tarefa, pois, reside em identificá-los, conhecê-los e medir-lhes o tamanho, a fim de que, no segundo estágio, enfeixados os de maior importância, possa o dirigente estabelecer opções.

A eleição dos que precisam receber cuidados imediatos, a escolha dos que devem integrar o rol de prioridades, entretanto, para que alcancem plena execução, conduz a que participem de diferentes planos de governos, pelo volume, extensão, tempo e encargos financeiros que significam, com profundas repercussões na vida do Estado.

Os problemas de infra-estrutura, por exemplo, integram-se perfeitamente na conceituação expendida.

Com efeito, no caso particular do Piauí, não poderia o povo do meu Estado pensar, em têrmos definitivos, em *industrialização, sem que antes* fôsse resolvido o problema da geração de energia, com a construção da barragem do médio Parnaíba, a cargo da Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança.

Manda a verdade que se diga, todavia, que embora iniciada, històricamente, na administração Juscelino Kubitschek, o Nordeste Ocidental deve a barragem da Boa Esperança aos governos revolucionários, principalmente à sensibilidade do eminente, saudoso e pranteado Presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

Destacando, Senhor Presidente e Senhores Senadores, como o faço, um dos marcos essenciais à arrancada desenvolvimentista do Piauí, quero, a par de comentários sôbre a construção das linhas de transmissão, sem as quais não teriam sentido as vultosas inversões na edificação do complexo da Boa Esperança, referir o trabalho que, paralela e simultâneamente, foi e está sendo executado pelas Centrais Elétricas do Piauí S.A. — CEPISA, de criação e preparação do mercado consumidor de energia.

Realmente, até 1963 a produção de energia no Piauí era pràticamente nula, entregue a pequenas unidades diesel, que não iam além do fornecimento de iluminação pública e domiciliar a reduzido número de municípios, e durante poucas horas diárias. Até mesmo a capital do Estado não dispunha de geração suficiente, responsável a usina térmica pela predação das reservas florestais do Piauí e do Maranhão.

No govêrno do hoje Senador Petrônio Portella, porém, tal quadro foi enfrentado com decisão. O Estado adquiriu grupos geradores de maior capacidade, inclusive duas unidades móveis, com o auxílio da Eletrobrás e da SUDENE, reestruturou a emprêsa e iniciou a construção da rêde de distribuição de Teresina, em conseqüência do que foi possível acabar com o racionamento de energia e elaborar o Plano de Eletrificação do Piauí.

Na gestão a que tive a honra de presidir, não regateei apoio à CEPISA, tècnicamente preparada para produzir mais e melhor. Assim é que outras unidades móveis foram conseguidas, para garantia do atendimento da explosiva demanda da capital piauiense, concluiu-se a rêde de distribuição de Teresina, ajudou-se a Companhia Luz e Fôrça de Parnaíba, com recursos substanciais, a preparar aquela cidade para o recebimento da energia de Paulo Afonso, que a tenacidade do engenheiro Alberto Silva levou a bom têrmo, compraram-se unidades diesel de pequena capacidade para alimentação provisória das rêdes construídas, puseram-se em funcionamento grupos geradores médios, um dos quais cedido pela SUDENE, edificaram-se cêrca de quarenta rêdes de distribuição das principais cidades do Piauí e iniciaram-se os trabalhos de eletrificação rural, tendo como ponto de referência a cidade de Picos, tudo com o escopo de gerar condições e de preparar o Estado para a utilização da energia redentora da Boa Esperança.

Para que se tenha uma idéia a respeito das atividades desenvolvidas pela CEPISA, nos últimos sete anos, e da importância dos trabalhos que empreendeu, basta referir que, em 1963, a emprêsa realizou investimentos, em números redondos, da ordem de Cr$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), enquanto nos sete anos subseqüentes foram aplicados Cr$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros), com a média, portanto, de Cr$ .... 5.000.000,00 (cinco milhões) anuais.

Enquanto desenrolavam-se tais esforços, a COHEBE, interessada no término das obras civis de construção da barragem, e sem disponibilidades para, concomitantemente, cuidar da implantação das linhas, foi compelida a atrasar o programa de transmissão. E o Piauí, que jamais descurou da defesa dos interêsses da COHEBE, nos planos nacional, regional e estadual, em última análise também suas, mais de uma vez viu-se na contingência de socorrê-la, garantindo-lhe parte do empréstimo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, com o sacrifício parcial do Fundo Federal de Eletrificação a que tem direito.

Atualmente, em pleno funcionamento da usina Hidrelétrica da Boa Esperança, e em fase de execução as linhas programadas, certo é que, a curto prazo, apenas pouco mais de seis cidades, excluídas as de Teresina, Floriano, Demerval Lobão, Oeiras, Bocaina e Picos, já em operação, receberão a energia produzida pela COHEBE.

É necessário, pois, seja ativada a conclusão das linhas em execução, e imperioso sejam obtidos e alocados recursos para novas edificações, vez que zonas fisiográficas como as representadas, sòmente para exemplificar, por São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Simplício Mendes, Canto do Buriti, Bom Jesus, Castelo do Piauí e Paulistana não podem, pelo menos não devem, esperar indefinidamente pela energia de Boa Esperança.

Conheço de perto o profícuo e silencioso trabalho desempenhado pelo Prof. Dias Leite à frente do Ministério das Minas e Energia. Sei do seu patriotismo e da sensibilidade com que trata o Nordeste Ocidental. Sei, finalmente, que constitui meta de sua administração, a ser cumprida até fins de 1973, a integração do sistema de Boa Esperança ao da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

A fusão da CHESF-COHEBE, não resta dúvida, trará incontáveis benefícios à política energética da região, sobressaindo o relativo ao custo de produção, sem falar na possibilidade da ligação de pontos extremos do Piauí às cidades lindeiras de Pernambuco e da Bahia, já energizadas pela CHESF, se do ponto de vista técnico possível, pois que do econômico aconselhável.

O Sr. Clodomir Millet — V. Exa. permite um aparte?

O SR. HELVÍDIO NUNES — Com muito prazer, nobre Senador Clodomir Millet.

O Sr. Clodomir Millet — No momento em que V. Exa. fala sôbre Boa Esperança, sôbre o problema de energia elétrica, no que diz respeito ao seu Estado, gostaria de dizer a V. Exa. que o apêlo que ora faz a reivindicação que V. Exa. está fazendo, não pode e não se deve limitar só ao Piauí. V. Exa. tem nossa solidariedade total. Está falando, também, em nome do nosso Estado, em nome do Maranhão, para que o Govêrno Federal, através de providência do Ministério das Minas e Energia, possa atender aos justos reclamos da nossa região, propiciando os elementos, os meios necessários, para que se faça a complementação da Usina da Boa Esperança, ou seja, para que se faça chegar aos municípios a que ela vai servir, a energia no mais curto prazo. Tanto no seu Estado como no meu, está havendo muita demora, para que a energia chegue aos municípios que deve beneficiar. Basta dizer a V. Exa. que São Luís, por um acidente qualquer, só veio a receber energia muito tempo depois de Teresina e, agora, é que está começando a distribuição para outros municípios da linha de Itapicuru e Caxias. Há poucos dias, Coroatá e parece-me que Codó, também, receberam energia de Boa Esperança. Temos dezenas de municípios esperando por essa energia. Prometeram que seria barata e V. Exa. sabe que está sendo muito cara. Mas, pelo menos, que haja energia nos nossos Estados, pois, para isto, foi todo o esfôrço e sacrifício que fizemos. Neste momento, também, colaborando com V. Exa., quero destacar a parte decisiva que teve, na construção de Boa Esperança, o eminente Presidente Castello Branco, porque, não fôsse S. Exa., o interêsse que demonstrou, desde o princípio, em levar avante aquela obra, talvez nós não tivéssemos inaugurado Boa Esperança. Sabe V. Exa. que, hoje, nos altos escalões do Govêrno, não há muita receptividade para Boa Esperança, cuja obra só vai continuar porque já foi inaugurada, senão a teríamos paralisada sem absolutamente

prestar aquêles benefícios a que se propôs. Conte, assim, V. Exa. com a nossa solidariedade. Aqui ficam nossas homenagens ao Presidente Castello Branco e o desejo também dos maranhenses de que se complete a obra de Boa Esperança. Nesse sentido, solidarizo-me com o apêlo que ora faz ao eminente Ministro Dias Leite.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Incorporo, com muito prazer, o aparte com que V. Exa. honrou o meu discurso. Quero, também, dizer, nesta oportunidade, que os nossos Estados vivem de tal maneira defendendo os mesmos propósitos e perseguindo os mesmos objetivos que, para mim, além de um prazer, é uma extraordinária honra falar, neste instante, também em nome do Maranhão que V. Exa., Senhor Senador Clodomir Millet tão bem representa e dignifica nesta Casa.

(Lendo.)

Senhor Presidente e Senhores Senadores. A mim me cabe, nesta alta Casa do Congresso Nacional, trazer os problemas do meu Estado, discuti-los e pedir-lhes respostas, conhecidas as limitações financeiras do Poder Central, a braços com a enormidade de problemas que o País oferece.

O Piauí, esquecido e marginalizado, sofreu além das suas fôrças. Agora, que tomou consciência das suas necessidades, precisa recuperar o tempo perdido. E o Govêrno da Revolução, que pràticamente o despertou, há de ajudá-lo ainda mais, no esfôrço que o empolga objetivando o desenvolvimento equilibrado do País.

Grande foi a inversão realizada na implantação da usina de Boa Esperança. Considerado do ponto de vista econômico, ainda a médio prazo não haverá retôrno. Sabe o Govêrno, sabem todos. Boa Esperança foi marcada pelo pioneirismo e plantada, acima de tudo, com a finalidade de servir à região. Urge, pois, perfilhada a mesma filosofia, sejam construídas as obras complementares, aquelas sem as quais Boa Esperança constituiria motivo de frustração, para que a energia produzida, chegando a todos os municípios, ajude o Piauí a gerar novas riquezas.

De outra parte, Senhor Presidente e Senhores Senadores, não se compreende, muito menos se justifica, em pleno funcionamento Boa Esperança, continue a sede da COHEBE na cidade de Recife.

Ao tempo em que foi construída, e durante a fase de implantação das obras, a assistência técnica e os meios de obtenção de recursos, quer nacionais, quer estrangeiros, aconselhavam a localização dos escritórios centrais da emprêsa na capital de Pernambuco.

Agora, entretanto, tudo leva à transferência imediata da sede para a região a que serve, uma vez que os problemas emergentes impõem soluções mais rápidas do que as ditadas pelo distante centro de decisões.

Aliás, quando o assunto foi ventilado no Conselho Deliberativo da SUDENE, em 1969, nos pródromos da entrada em operação de Boa Esperança, recomendação foi aprovada no sentido de transferir, tão logo se verificasse o evento, a sede da COHEBE para Teresina, centro geográfico do sistema operacional de Boa Esperança.

É certo que o ministro Dias Leite pretende promover a fusão CHESF—COHEBE, repito, até o final de 1973, o que constituiria o único óbice a desaconselhar a mudança da sede da emprêsa.

É preciso ter em vista, entretanto, que se trata, ainda, de meta, cumprível segundo as conveniências da administração, tudo levando a acreditar que poderá ser adiada, jamais antecipada.

São os apelos, Senhor Presidente e Senhores Senadores, que na oportunidade formulo às autoridades competentes, convecido de que serão atendidos os justos pleitos do Piauí. **(Muito bem! Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Não há mais oradores inscritos. **(Pausa.)**

Nada mais havendo a tratar vou encerrar a presente Sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO
N.º 4, DE 1971

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 39, de 1971) do Projeto de Resolução n.º 4, de 1971, que suspende, por inconstitucionalidade, a execução do art. 11 das Disposições Transitórias e de parte do inciso II do artigo 123 do Estado do Ceará.

2

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO
N.º 5, DE 1971

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão de Redação, em seu Parecer n.º 36, de 1971) do Projeto de Resolução n.º 5, de 1971, que autoriza o Govêrno de Estado do Pará a doar área de terras de sua propriedade ao Município de Juruti, no mesmo Estado.

3

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO
N.º 8, DE 1971

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 40, de 1971) do Projeto de Resolução n.º 8, de 1971, que suspende, por inconstitucionalidade, a execução do artigo 3.º da Lei n.º 1.520, de 28 de agôsto de 1968, do Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 30 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS, NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE MAIO ÚLTIMO, QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES.

O SR. ANTÔNIO CARLOS (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, na segunda-feira úl-

tima, dia 10 do corrente, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República visitou o meu Estado e o Estado do Paraná para presidir a solenidade de inauguração da estrada federal BR-468, que liga a Capital do Estado paranaense, Curitiba, à cidade de Joinvile, em Santa Catarina, e faz, assim, a conexão entre a BR-101, que corta o litoral brasileiro, no sentido norte-sul, com a BR-116, que liga, pelo planalto, as capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. A BR-101 que se prolonga até o Nordeste brasileiro, atendendo às capitais dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará.

No Município de Garuva, no Norte do meu Estado, exatamente na divisa com o Estado do Paraná, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República cortou a fita simbólica naquela estrada de excepcional significação para a economia de Santa Catarina e tôda a região do Sul do País.

Lá estavam os Governadores dos dois Estados, Srs. Colombo Machado Sales e Haroldo Leon Peres; os Presidentes dos Tribunais de Justiça daquelas duas unidades da Federação; os chefes do Poder Legislativo; Secretários de Estado; Parlamentares Federais e Estaduais.

O Sr. Presidente da República chegou acompanhado do Chefe do Gabinete Civil, Ministro Leitão de Abreu; do Chefe do Gabinete Militar, General João Baptista Figueiredo; do Chefe do Serviço Nacional de Informações, General Carlos Alberto Fontoura; dos Comandantes das unidades das Fôrças Armadas com jurisdição no território dos dois Estados e, lògicamente, na companhia do Ministro dos Transportes, Coronel Mário David Andreazza.

Após a cerimônia de inauguração, o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Dr. Eliseu Rezende, fêz uma exposição das características técnicas da estrada e da sua significação econômica e social para as regiões a que serve.

Na mesma ocasião foi inaugurado o trecho da BR-101 que faz a ligação da cidade de Garuva até à cidade de Florianópolis. Êste trecho da BR-101 serve às regiões do Norte do Estado de Santa Catarina, do Vale do Itajaí e da região da Capital do Estado, que é Florianópolis.

O Sr. Lourival Baptista — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ANTÔNIO CARLOS — Ouço o nobre Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista — *Quero* congratular-me com o Estado de V. Exa., Santa Catarina, através do eminente Senador que aqui nesta Casa tem honrado seu mandato, trabalhando diuturnamente pelo seu povo. Quero congratular-me com V. Exa. pelas inaugurações, realizadas pelo eminente Presidente Garrastazu Médici, dos trechos das BR-468 e BR-101, anteontem, no seu valoroso Estado. É o Govêrno que trabalha, é o Govêrno que realiza, tanto no Sul, como no Norte e no Nordeste. No mês passado, dia 18 de abril, o Sr. Presidente da República inaugurava, no Nordeste, trechos e acessos pavimentados das rodovias BR-101, BR-116, BR-230, BR-232 e BR-304. Eram estradas de rodagem pavimentadas, rasgando o litoral, transpondo o agreste e cortando o sertão para unir tôdas as Capitais, como disse muito bem V. Exa., há pouco, de Salvador a Fortaleza, e passando também pelo meu Estado, pela sua Capital, Aracaju, e oferecendo caminho seguro e rápido entre as fontes de produção e de comercialização, entre a indústria e o consumidor, o que bem concorre para o desenvolvimento daquela vasta região nordestina. E agora, anteontem, o Presidente Emílio Garrastazu Médici fêz a mesma coisa no glorioso Estado, cuja representação V. Exa. honra nesta Alta Casa do Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS — Sou muito grato ao aparte do nobre Senador Lourival Baptista. S. Exa. enriquece meu discurso e dá à cerimônia da inauguração do trecho da BR-101 e da BR-486 uma dimensão nacional, pois, realmente, a BR-101 é estrada que serve ao Sul do Brasil e, também, ao Nordeste e ao Norte, estrada que realiza no litoral uma tarefa autêntica de integração.

Prosseguindo, Sr. Presidente, desejo ainda registrar que após a inauguração daqueles dois trechos de estradas federais, o Chefe da Nação visitou a cidade de Joinvile, onde recebeu o título de cidadão honorário e conheceu o grande parque industrial daquela extraordinária cidade do Norte do meu Estado. Ouviu, então, a palavra de saudação do Presidente da Câmara Municipal de Joinvile, que lhe deu notícia da favorável repercussão das medidas que o Govêrno federal vem adotando no setor de Transportes e da Previdência Social. De Joinvile, após o almôço oferecido pelo Prefeito, Dr. Harold Karmann, o Presidente da República viajou até à cidade de Itajaí. A recepção que recebeu em minha terra natal, depois da calorosa acolhida de que foi alvo em Joinvile e Garuva, teve contornos de uma verdadeira consagração. Na Prefeitura, o Prefeito da minha cidade, Dr. Júlio César, teve a grata oportunidade de agradecer ao Presidente Garrastazu Médici os serviços de dragagem da barra do canal de acesso e da bacia de evolução do Pôrto de Itajaí. E frisou que êsse trabalho, vital para o Pôrto de Itajaí, vem-se realizando de modo a atender seus altos objetivos. E já no setor da barra pròpriamente dito, o calado do pôrto, depois dos trabalhos de dragagem, atinge vinte e oito pés, o que permitirá ao Pôrto de Itajaí receber os grandes navios que poderão, assim, transportar para o exterior e para outros portos brasileiros a produção agrícola e industrial, não só do Vale do Itajaí, como de quase tôdas as regiões do Estado de Santa Catarina.

As ruas apinhadas de representantes, não só do povo itajaiense mas também dos Municípios vizinhos, Camboriú, Penha, Navegantes, Luís Alves e Balneário de Camboriú, apresentavam aspecto festivo. E o Sr. Presidente da República pôde testemunhar o afeto, o carinho e a admiração do povo da minha terra natal pela obra que vem realizando, não só pelo desenvolvimento de Santa Catarina, mas pelo progresso de todo o Brasil.

O Sr. Lourival Baptista — Muito bem!

O SR. ANTONIO CARLOS — Prosseguindo viagem, o Presidente Emílio Garrastazu Médici encaminhou-se pela estrada estadual pavimentada a SC-23, obra iniciada no Govêrno do eminente ex-Senador Irineu Bornhausen e concluída durante o govêrno do

Sr. Heriberto Hülse e ampliada durante o govêrno do nosso colega Senador Celso Ramos, até a cidade de Blumenau. Mas, na cidade de Gaspar, tão grande era o número de pessoas que aguardavam a passagem da comitiva presidencial que S. Exa. interrompeu por minutos a sua viagem, e recebeu a manifestação de carinho do povo daquela pequena e exemplar cidade do Vale do Itajaí, verdadeiro celeiro agrícola da região, onde também existem indústrias que podem servir de exemplo para todo o Brasil, porque são indústrias que nasceram de pequenas oficinas, indústrias que surgiram dos fundos dos quintais, e que, hoje, têm os seus produtos disputados pelo mercado consumidor de todo o País, como a indústria de linhas que lá existe, e que abastece grande parte do mercado consumidor brasileiro.

Concluindo a viagem, o Sr. Presidente da República visitou Blumenau e lá, no hotel em que se hospedou, recebeu os prefeitos de tôda a região do Vale do Itajaí. Prefeitos de ambos os partidos, e que foram encaminhados até S. Exa. pelos Presidentes das Associações dos Municípios do Norte do Estado, do Vale do Itajaí, do Médio e do Alto Vale do Itajaí. Ouviu as reivindicações daqueles chefes do Poder Executivo dos Municípios da Região e, em seguida, recebeu os Presidentes das Fundações Educacionais de Ensino Superior de Joinvile, Itajaí, Blumenau e Rio do Sul. Ouviu, também, a palavra dos Presidentes das Associações Comerciais e Industriais dos Municípios a que acabo de me referir e, finalmente, concedeu audiência aos líderes operários, também daquelas cidades. Pôde, assim, recolher dos mais diversos setores os anseios, as aspirações, os desejos da nobre gente catarinense. Concluiu pràticamente a sua visita com um contato com o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Blumenau. Foi à Prefeitura e lá demorou-se em conversa com o Prefeito daquela grande cidade de Santa Catarina.

À noite, Blumenau procurou mostrar ao Presidente da República um pouco do que ela tem de típico, de ameno; herança da cultura que os velhos colonos alemães trouxeram para o Brasil, mas que aqui se adaptou ao sentimento e às aspirações do povo brasileiro. Presentes as autoridades que acompanhavam o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os Senadores por Santa Catarina, o Exmo. Sr. Governador do Estado, o ex-Governador Ivo Silveira e o Prefeito de Blumenau, a mocidade blumenauense ofereceu ao Presidente da República um espetáculo artístico de rara beleza, pois que intercalou números do folclore herdado dos primeiros colonos que vieram da Alemanha e da Itália para o Brasil, com danças e peças musicais autênticamente brasileiras, como aquelas que se podem ver em regiões do nosso País, de influência cultural lusitana, africana ou espanhola.

Foi, realmente, Sr. Presidente, uma demonstração da fidelidade do povo blumenauense e do povo de Santa Catarina por esta cultura multiforme que é a cultura brasileira, onde há lugar para tôdas as nacionalidades, para tôdas as correntes imigratórias. Dançando ao som das músicas tirolesas, alemãs, de origem espanhola, lusitana ou de origem africana, estavam moços e môças, de cabelos louros e de cabelos prêtos, de tez clara, de tez morena, de cabelos lisos e de cabelos crespos, numa prova evidente de que Blumenau soube se integrar no Brasil, e, sem negação da sua valiosa herança, sabe cultuar, querer bem e viver tôdas as manifestações artísticas do nosso País.

Estou certo de que esta visita foi uma rara oportunidade para Santa Catarina, para o seu Govêrno, para os governos dos Municípios visitados, porque assim o Exmo. Sr. Presidente da República pôde recolher um testemunho de admiração, de aprêço, de carinho, mas também, um testemunho de trabalho, um testemunho de fé e de esperança nos destinos do Brasil. E Santa Catarina há de saber corresponder à confiança do Chefe da Nação, ao seu aprêço para com o meu Estado, e prosseguir trabalhando pela grandeza do Brasil e pela felicidade dos brasileiros! **(Muito bem! Palmas.)**

ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO

GRUPO BRASILEIRO

CONVOCAÇÃO

De ordem do Senhor Presidente, Senador Petrônio Portella, fica convocada uma reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, de acôrdo com a letra a, item II, do artigo 6.º do Regimento Interno, para o dia 20 de maio do corrente ano, quinta-feira, às 16 horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal.

ORDEM DO DIA

Aprovação das contas (item XVII do art. 15).

Brasília, 14 de maio de 1971. — **Paulo José Maestrali,** Secretário-Geral.

ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO

GRUPO BRASILEIRO

Comissão Executiva:

Senador Petrônio Portella, Presidente.

1.º-Vice-Presidente (Vago).

2.º-Vice-Presidente (Vago).

Deputado Dias Menezes, 1.º-Secretário.

Deputado Aderbal Jurema, 2.º-Secretário.

Tesoureiro (Vago).

Deputado Oswaldo Zanello, membro Permanente do Conselho.

Senador Cattete Pinheiro, membro Permanente do Conselho.

Suplente Permanente do Conselho (Vago).

Membros Efetivos da Comissão Executiva:

Senador Virgílio Távora.
Senador Alexandre Costa.
Deputado Ary Alcântara.
Senador Domício Gondim.
Deputado Gabriel Hermes.
Deputado Teódulo de Albuquerque
Deputado Amaral Furlan.
Senador Celso Ramos.
Secretário: Paulo José Maestrali.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Projeto de Lei n.º 3, de 1971 (CN), que fixa os vencimentos de Magistrados, dos Membros dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, e dá outras providências.

ATA DA 1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 1971

Às dez horas e vinte minutos do dia treze de maio de *mil novecentos e setenta e um*, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado, comparecem os Srs. Senadores Accioly Filho, Helvídio Nunes, Antônio Carlos, Carvalho Pinto, Matos Leão, Saldanha Derzi e Fausto Castello-Branco, e Deputados Adhemar de Barros Filho, Sinval Guazzelli, Aroldo Carvalho, Célio Borja, Ildélio Martins e Laerte Vieira, para a reunião de instalação da Comissão Mista incumbida de apreciar o Projeto de Lei n.º 3, de 1971 (CN), que fixa os vencimentos de Magistrados, dos Membros dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, e dá outras providências.

Ausentes, por motivo justificado, os Srs. Senadores Wilson Gonçalves, Eurico Rezende, João Cleofas e Amaral Peixoto, e Deputados Airon Rios, Bias Fortes, Élcio Álvares, Santilli Sobrinho e Sílvio de Abreu.

Em obediência ao preceito Regimental, assume a Presidência o Sr. Deputado Ildélio Martins, que declara instalada a Comissão e determina seja procedida a eleição para Presidente e Vice-Presidente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais; convida para Escrutinador o Sr. Senador Antônio Carlos.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Helvídio Nunes	12 votos
Em Branco	1 voto

Para Vice-Presidente

Deputado Laerte Vieira	12 votos
Em Branco	1 voto

Proclamados os resultados, o Sr. Deputado Ildélio Martins dá posse aos Srs. Senador Helvídio Nunes e Deputado Laerte Vieira como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente.

O Sr. Presidente, ao assumir o cargo, agradece a honra com que foi distinguido pelos nobres pares e designa para funcionar como Relator da matéria pertinente à Comissão Mista o Sr. Deputado Sinval Guazzelli.

Após consulta ao Sr. Relator designado, o Sr. Presidente comunica à Comissão que o prazo de recebimento de emendas será de 14 a 21 de maio corrente, inclusive sábado e domingo, marcando para o dia 27 de maio, às 15 horas, no mesmo local, a reunião em que será apreciado o parecer sôbre a matéria.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião; para constar, eu, Mario Nelson Duarte, Secretário da Comissão, lavrei a Presente Ata, a qual — lida e aprovada — será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros.

Senador **Helvídio Nunes** — Senador **Accioly Filho** — Senador **Antônio Carlos** — Senador **Carvalho Pinto** — Senador **Matos Leão** — Senador **Saldanha Derzi** — Senador **Fausto Castello-Branco** — Deputado **Adhemar de Barros Filho** — Deputado **Sinval Guazzelli** — Deputado **Aroldo Carvalho** — Deputado **Célio Borja** — Deputado **Ildélio Martins** — Deputado **Laerte Vieira.**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Helvídio Nunes

Vice-Presidente: Deputado Laerte Vieira

Relator: Deputado Sinval Guazzelli

Senadores	**Deputados**
ARENA	
1. *Accioly Filho*	1. *Airon Rios*
2. Wilson Gonçalves	2. Adhemar de Barros Filho
3. Helvídio Nunes	3. Sinval Guazzelli
4. Antônio Carlos	4. Aroldo Carvalho
5. João Cleofas	5. Bias Fortes
6. Eurico Rezende	6. Célio Borja
7. Carvalho Pinto	7. Élcio Alvares
8. Matos Leão	8. *Ildélio Martins*
9. *Saldanha Derzi*	
10. Fausto Castello-Branco	
MDB	
1. Amaral Peixoto	1. Laerte Vieira
	2. *Santilli Sobrinho*
	3. Sílvio de Abreu

CALENDÁRIO

Dia 12-5-71 — É lido o Projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 13-5-71 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21-5-71 — Apresentação de emendas perante a Comissão;

Dia 27-5-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 15:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 1.º-6-71 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 2-6-71 — Publicação do parecer.

PRAZO

Início dia 13-5 e ***término*** dia 21-6-71.

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º Andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Mário Nelson Duarte — Fone: 43-6677 — Ramais: 312 e 303.

COMISSÃO MISTA

Para estudo e parecer sôbre o Projeto de Lei n.º 4, de 1971 (CN), que "cria a 3.ª Auditoria da 2.ª Circunscrição Judiciária Militar, e dá outras providências".

ATA DA 1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 1971

As dez horas do dia treze de maio do ano de mil novecentos e setenta e um na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, Matos Leão, Heitor Dias, Augusto Franco, Osires Teixeira, Paulo Tôrres, Alexandre Costa e Benjamin Farah e os Senhores Deputados Osnelli Martinelli, Oswaldo Zanello, Magalhães Melo, Hanequim Dantas e José Bonifácio Neto, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sôbre o Projeto de Lei n.º 4, de 1971 — (CN), que "cria a 3.ª Auditoria da 2.ª Circunscrição Judiciária Militar e dá outras providências".

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Celso Ramos, Luiz Cavalcanti e Milton Trindade e os Senhores Deputados Milton Brandão, Hildebrando Guimarães, Francelino Pereira, Eurico Ribeiro, Jorge Ferraz e Brígido Tinoco.

De acôrdo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Alexandre Costa que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Matos Leão.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Francelino Pereira	12 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado José Bonifácio Neto	12 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Francelino Pereira e José Bonifácio Neto.

O Senhor Deputado José Bonifácio Neto, assumindo a presidência, agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Senador José Lindoso.

Concluindo, o Senhor Presidente, concorde o Sr. Senador José Lindoso, marca para o dia 25 do corrente, às 16:00 horas, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, a reunião dêste órgão para apreciação do parecer do Sr. Relator, comunicando, ainda, que o prazo de 8 dias para oferecimento de emendas perante a Comissão, art. 11, do Regimento Comum, começará a ser contado a partir do dia 14 do corrente mês.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Lêda Ferreira da Rocha, Secretária da Comissão a presente Ata que, uma vez aprovada é assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes à reunião. — Deputado **José Bonifácio Neto** — Senador **José Lindoso** — Senador **Matos Leão** — Senador **Augusto Franco** — Senador **Heitor Dias** — Senador **Osires Teixeira** — Senador **Paulo Tôrres** — Senador **Alexandre Costa** — Senador **Benjamin Farah** — Deputado **Osnelli Martinelli** — Deputado **Oswaldo Zanello** — Deputado **Magalhães Melo** — Deputado **Hanequim Dantas.**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Francelino Pereira
Vice-Presidente: Deputado José Bonifácio Neto
Relator: Senador José Lindoso.

Senadores	Deputados
ARENA	
1. José Lindoso	1. Osnelli Martinelli
2. Matos Leão	2. Oswaldo Zanello
3. Heitor Dias	3. Milton Brandão
4. Augusto Franco	4. Magalhães Melo
5. Celso Ramos	5. Hildebrando Guimarães
6. Osires Teixeira	6. Hanequim Dantas
7. Luiz Cavalcanti	7. Francelino Pereira
8. Paulo Tôrres	8. Eurico Ribeiro
9. Alexandre Costa	
10. Milton Trindade	
MDB	
1. Benjamin Farah	1. Jorge Ferraz
	2. Brígido Tinoco
	3. José Bonifácio Neto

CALENDÁRIO

Dia 12-5-71 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta; — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21-5-71 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 25-5-71 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

Dia 1-6-71 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 2-6-71 — Publicação do parecer;

PRAZO

Início, dia 13-5; e **término** dia 21-6-71.

Secretária — Lêda Ferreira da Rocha — Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Telefone: 43-6677 — Ramais 303 e 314.

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA – PI)

1º-Vice-Presidente:
Carlos Lindenberg (ARENA – ES)

2º-Vice-Presidente:
Ruy Carneiro (MDB – PB)

1º-Secretário:
Ney Braga (ARENA – PR)

2º-Secretário:
Clodomir Millet (ARENA – MA)

3º-Secretário:
Guido Mondin (ARENA – RS)

4º-Secretário:
Duarte Filho (ARENA – RN)

1º-Suplente:
Renato Franco (ARENA – PA)

2º-Suplente:
Benjamin Farah (MDB – GB)

3º-Suplente:
Lenoir Vargas (ARENA – SC)

4º-Suplente:
Teotônio Vilela (ARENA – AL)

COMISSÕES

Telefones: 42-6933 e 43-6677 — Ramal 300.

Diretora: Edith Balassini.
Local: Anexo — 11.º andar.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes.
Local: 11.º andar do Anexo.
Telefone: 43-6677 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO
Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Matos Leão

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Flávio Brito	Tarso Dutra
Paulo Guerra	João Cleofas
Daniel Krieger	Fernando Corrêa
Antônio Fernandes	
Vasconcelos Torres	
Matos Leão	
MDB	
Amaral Peixoto	Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO
Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
José Guiomard	Saldanha Derzi
Waldemar Alcântara	Osires Teixeira
Dinarte Mariz	Lourival Batista
Wilson Campos	
José Esteves	
Benedito Ferreira	
MDB	
Adalberto Sena	Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.
Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)
COMPOSIÇÃO
Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Daniel Krieger	Carvalho Pinto
Accioly Filho	Orlando Zancaner
Milton Campos	Arnon de Mello
Wilson Gonçalves	João Calmon
Gustavo Capanema	Matos Leão
José Lindoso	Vasconcelos Torres
José Sarney	
Emival Caiado	
Helvídio Nunes	
Antônio Carlos	
Eurico Rezende	
Heitor Dias	
MDB	
Nelson Carneiro	Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de reuniões da Comissão de Finanças.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO
Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Dinarte Mariz	Paulo Tôrres
Eurico Rezende	Luiz Cavalcanti
Cattete Pinheiro	Filinto Müller
Benedito Ferreira	Waldemar Alcântara
Osires Teixeira	José Lindoso
Fernando Corrêa	
Saldanha Derzi	
Heitor Dias	
Antônio Fernandes	
Emival Caiado	
MDB	
Adalberto Sena	Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.
Reuniões: têrças-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

MDB

Danton Jobim — Nelson Carneiro
Amaral Peixoto
Franco Montoro

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Heitor Dias	Wilson Campos
Domício Gondim	Accioly Filho
Paulo Tôrres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	
MDB	
Franco Montoro	Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Arnon de Mello	Paulo Guerra
Luiz Cavalcanti	Antônio Fernandes
Leandro Maciel	José Guiomard
Milton Trindade	
Domício Gondim	
Orlando Zancaner	
MDB	
Benjamin Farah	Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: têrças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Antônio Carlos	Cattete Pinheiro
José Lindoso	Wilson Gonçalves
Filinto Müller	
Emival Caiado	
MDB	
Danton Jobim	Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Magalhães Pinto	Domício Gondim
Vasconcelos Torres	Milton Campos
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvídio Nunes	
José Lindoso	
MDB	
Amaral Peixoto	Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gaibnete do Presidente da Comissão de Economia.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvídio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	
MDB	
Benjamin Farah	Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
João Cleofas	Cattete Pinheiro
Carvalho Pinto	Antônio Carlos
Virgílio Távora	Daniel Krieger
Wilson Gonçalves	Milton Trindade
Matos Leão	Dinarte Mariz
Tarso Dutra	Emival Caiado
Celso Ramos	Flávio Brito
Lourival Batista	Eurico Rezende
Saldanha Derzi	
Geraldo Mesquita	
Alexandre Costa	
Fausto Castello-Branco	
Jessé Freire	
Ruy Santos	

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Carvalho Pinto	Milton Cabral
Wilson Gonçalves	Fausto Castello-Branco
Filinto Müller	Augusto Franco
Fernando Corrêa	*José Lindoso*
Antônio Carlos	Ruy Santos
Arnon de Mello	Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto	Jessé Freire
Saldanha Derzi	Virgílio Távora
Accioly Filho	
José Sarney	
Lourival Batista	
João Calmon	
MDB	
Franco Montoro	*Amaral Peixoto*
Danton Jobim	
Nelson Carneiro	

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Fernando Corrêa	Saldanha Derzi
Fausto Castello-Branco	*Wilson Campos*
Cattete Pinheiro	Celso Ramos
Lourival Batista	
Ruy Santos	
Waldemar Alcântara	
MDB	
Adalberto Sena	Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: têrças feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Paulo Tôrres	Milton Trindade
Luiz Cavalcanti	Alexandre Costa
Virgílio Tavora	Orlando Zancaner
José Guiomard	
Flávio Brito	
Vasconcelos Torres	
MDB	
Benjamin Farah	Amaral Peixoto

Secretário: *Mário Nelson Duarte* — Ramal 312.

Reuniões: têrças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de *Relações Exteriores*.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Tarso Dutra	Magalhães Pinto
Augusto Franco	Gustavo Capanema
Celso Ramos	Paulo Guerra
Osires Teixeira	
Heitor Dias	
Jessé Freire	
MDB	
Amaral Peixoto	*Benjamin Farah*

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Leandro Maciel	Dinarte Mariz
Alexandre Costa	Benedito Ferreira
Luiz Cavalcanti	Virgílio Távora
Milton Cabral	
Geraldo Mesquita	
José Esteves	
MDB	
Danton Jobim	Benjamin Farah

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito.

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo.

Telefone: 43-6677 — Ramal 303.

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (Art. 90 do Regimento Comum).

2) Comissões Temporárias para apreciação de vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito.

REFORMA ADMINISTRATIVA

(redação atualizada)

Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhes deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (D.O. de 29-2-68), e os Decretos-leis n.os 900, de 29-9-69 (D.O. de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (D.O. de 21-10-69), e 1.093, de 17-3-70 (D.O. de 18-3-70).

Índice Alfabético — (Por Assunto) Legislação Correlata

Edição organizada, revisada e impressa pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Preço: Cr$ 5,00

Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional Número 1, de 17-10-69)

FORMATO DE BÔLSO

PREÇOS:

EM BROCHURA	Cr$ 2,00
ENCADERNADA EM PLÁSTICO	Cr$ 3,50
ENCADERNADA EM PELICA	Cr$ 7,00

Todos os pedidos desta publicação devem ser encaminhados à
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Praia de Botafogo, 190 — Rio de Janeiro — GB ou SQS 104 — Bl. A — Loj. 11 — Brasília

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

"REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF"

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.os 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado)

PREÇO: CR$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS. JÁ PUBLICADOS ATÉ O MOMENTO: 29 VOLUMES

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF
Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

NÔVO CÓDIGO PENAL

A "Revista de Informação Legislativa", do Senado Federal, divulga, em seu número 24, uma seção destinada ao nôvo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

1.ª parte — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria

— Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).

— Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

2.ª parte — Quadro comparativo — Decreto-lei n.º 1.004, de 21-10-69 Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40 e legislação correlata.

Preço Cr$ 10,00

NÔVO CÓDIGO PENAL MILITAR
E
NÔVO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MILITAR

A "Revista de Informação Legislativa", editada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, no seu n.º 26, publica *as seguintes matérias:*

COLABORAÇÃO

— "Inconstitucionalidade do decreto-lei sôbre censura prévia" — (Senador Josaphat Marinho) — "Sociologia das regiões subdesenvolvidas" — (Professor Pinto Ferreira) — "Poder de iniciativa das leis" — (Professor Roberto Rosas) — "O sistema representativo" — (Professor Paulo Bonavides).

CÓDIGOS

— "Código Penal Militar" — **1.ª parte:** I — Anteprojeto de Código Penal Militar (autor: Ivo D'Aquino) — II — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva — **2.ª parte:** Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-1969 — Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-1944 — (Ana Valderez Ayres Neves de Alencar) — "Código de Processo Penal Militar" — "Lei de Organização Judiciária Militar" — "Justiça Militar e Segurança Nacional" — Ementário de Legislação.

PUBLICAÇÕES

— Obras editadas pela Direitoria de Informação Legislativa.

Os pedidos devem ser endereçados à **Fundação Getúlio Vargas** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembôlso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

Anais da Constituição de 1967

Os **ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967,** obra elaborada pela **Diretoria de Informação Legislativa** e impressa pelo **Serviço Gráfico do Senado Federal,** compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicos, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adaucto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2.º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto

Êste volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

Índices dêste gênero são apresentados em todos os volumes dos Anais e compendiados em um volume final de Índice Geral.

3.º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aquêles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4.º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. — (2 tomos) — Preço Cr$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5.º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sôbre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6.º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Êste volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação nas páginas.

7.º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Vol. com 282 páginas — Preço Cr$ 8,00.

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue, pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

A quem devem ser endereçados os pedidos:

No Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 e Avenida Graça Aranha, 26. (Atende pelo Serviço de Reembôlso Postal.)

Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C. P. 5534

Em Brasília: SQS. 104 — Bloco "A" — Loja 11.

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, **PAGÁVEIS EM BRASÍLIA**, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503 Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:		Via Aérea:	
Semestre	Cr$ 20,00	Semestre	Cr$ 40,00
Ano	Cr$ 40,00	Ano	Cr$ 80,00

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr$ 8,00

Contém, comparadas em todos os artigos:

- Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
- Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela **Diretoria de Informação Legislativa** e impresso pelo
SERVIÇO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Os pedidos devem ser endereçados à **Fundação Getúlio Vargas** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembôlso Postal) — **Lojas:** no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

"Estabelece, de acôrdo com a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências."

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

"Estabelece normas sôbre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências."

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo *Serviço Gráfico* do Senado Federal

Nota: A distribuição desta obra foi entregue à **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

Os pedidos devem ser endereçados à **Fundação Getúlio Vargas** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembôlso Postal) — **Lojas:** no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DÊSTE EXEMPLAR: Cr$ 0,20